



CAU/AP

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá

Relatório de gestão do exercício 2017

Relatório de gestão do exercício 2017

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CAU/AP - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá.

CPL - Comissão Permanente de Licitação.

CAU/UFs - Conselho de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas.

RH - Recursos Humanos.

SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU.

TI - Tecnologia da Informação.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Mapa Estratégico CAU_AP.pdf	
Limites Estratégicos CAU_AP_2017.pdf	
Desempenho Operacional_2017_CAUAP_.pdf	
Indicadores CAU_AP_2017.pdf	
Quadro Comparativo Recetias	Comparativo das receitas arrecadadas entre 2015, 2016 e 2017
Quadro Comparativo Despesas	Comparativo das despesas pagas entre 2015, 2015 e 2017
Execução Orçamento por Centro de Custo	Fonte: Siscont.net
Notas explicativas 2017 CAU/AP	Notas explicativas das demonstrações contábeis exercício 2017.
Declaração da Unidade de Pessoal - CAUAP.pdf	

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
INTRODUÇÃO SEÇÃO	8
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	8
3.2 NORMAS	10
3.3 HISTÓRICO	10
3.4 ORGANOGRAMA	11
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	13
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	13
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	13
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	16
4.2 RESULTADOS	18
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	18
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	20
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	24
4.3.3 RECEITAS	25
4.3.4 DESPESAS	28
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	32
4.5 INDICADORES	32
5 - GOVERNANÇA	46
INTRODUÇÃO SEÇÃO	46
5.1 GOVERNANÇA	47
5.2 DIRIGENTES	47
5.3 AUDITORIA	50
5.4 APURAÇÕES	50
5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	51
5.6 REMUNERAÇÕES	51
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	51
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	53
INTRODUÇÃO SEÇÃO	53
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	53
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	53
6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	56

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	57
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	58
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	58
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	58
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	61
7.1 CANAIS DE ACESSO	61
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	61
7.3 TRANSPARÊNCIA	61
7.4 ACESSIBILIDADE	62
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	63
INTRODUÇÃO SEÇÃO	63
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	63
8.2 NCASP	63
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	68
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	68
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	115
INTRODUÇÃO SEÇÃO	115
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	115
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	115
9.3 DANOS AO ERÁRIOO	115
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	116
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	116
11 - ANEXOS E APÊNDICES	117
INTRODUÇÃO SEÇÃO	117
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	117
CONCLUSÃO	117
ASSINATURA(S)	120
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	121
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	121

2 - APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Na condição de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, o CAU/AP elaborou seu Relatório de Gestão, conforme estrutura geral de conteúdos definidos na DN/TCU nº 161/2017, aplicável aos Conselhos, bem como, em conformidade às considerações e orientações disponíveis no sistema de apresentação o relatório de gestão ao TCU, o e-Contas.

Principais realizações da gestão no exercício

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, vem buscado o aprimoramento de suas atividades a fim de atender de forma satisfatória os profissionais e a sociedade. Para tanto, o Conselho procurou promover algumas ações como:

- O Conselho formalizou o Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Macapá – Semduh, onde as instituições se comprometeram a atuar e contribuir de maneira conjunta nas ações que envolvam as obras em andamento dentro do município de Macapá. Colar como Texto sem Formatação
- O CAU/AP, convidado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades, tem participando das discussões e preparação da Conferência Estadual das Cidades do Amapá.
- Promoveu em conjunto com o CAU/BR a capacitação em Escritórios Modelo para o Mercado Exterior, onde o público atendido foram profissionais e acadêmicos de AU.
- O CAU/AP promoveu a fiscalização nos municípios do Estado: Calçoene, Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Santana. E também com atuação forte na Capital.
- Aquisição da sede do CAU/AP para proporcionar o atendimento qualificado e de qualidade aos profissionais e a sociedade em uma localização privilegiada e de fácil acessibilidade, e que consequentemente gerou a economia com os valores de aluguel.
- Também foi realizado o I Seminário de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social - ATHIS, com intuito de orientar os profissionais para realizar projetos para atender famílias e pessoas de baixa renda.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Durante o exercício 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU/AP), enfrentou alguns entraves relacionados a questões de caráter administrativo, ligados diretamente a sua estrutura de pessoal e também enfrentou limitações ligadas às questões orçamentárias. Por se tratar de um conselho que ainda depende de repasses do CAU/Nacional por meio do chamado "Fundo de Apoio", o qual depende a realização de suas atividades administrativas e as ações estratégicas. Diante desses aspectos, houve a inviabilidade de realização de algumas ações tanto de fiscalização quanto institucionais. Em virtude da limitação de pessoal, existiu uma grande dificuldade em compor a comissão permanente de licitações - CPL, pregoeiros, equipe de apoio e fiscais de contratos. Houve a contratação apenas no segundo semestre das Assessorias Contábil e encerrou se o contrato da Assessoria de Comunicação por, o que comprometeu a execução do planejamento no fim de 2017.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

Mesmo com as dificuldades, sejam por falta de pessoal e financeira, ambas encontradas no decorrer de 2017, o CAU/AP buscou por melhorias para oferecer boas condições para o

funcionamento de suas atividades, tais como:

- Finalizou o processo de aquisição do servidor de dados, estação de trabalho com as descrições do CAU/BR para equipar a Fiscalização, e máquinas para TI e gerencia geral;

- Finalizou o processo de licitação e contratou as Assessoria Contábil e Assessoria de Comunicação.

- Locação de um imóvel com melhor estrutura e localização para atender os Arquitetos, Empresas e Sociedade em geral.

- Foram realizados cursos de capacitação dos servidores nas áreas de Fiscalização de contratos, aplicação de sanções administrativas, Licitações e Contratos e Compras.net.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CAU/AP	CNPJ	14.846.532/0001-59
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(96) 3223-6194
CÓDIGO CNAE	94.12-0-01		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gerenciaadministrativa@cauap.gov.br		
PÁGINA INTERNET	www.cauap.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Avenida Caramuru, nº 356		
CIDADE	Macapá	UF	AP
BAIRRO	Beírol	CEP	68902100
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ (CAU/AP)

TÍTULO I

DAS FINALIDADES, DAS COMPETÊNCIAS E DA ORGANIZAÇÃO DO CAU/AP

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE DO CAU/AP

Art.1º O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU/AP), criado pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá, e jurisdição em todo o território do Amapá, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

Art. 2º A organização, estrutura e funcionamento do CAU/AP são definidos neste Regimento Interno, em conformidade com o que dispõem o art. 33 da Lei nº 12.378, de 2010, e o Regimento Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), de 6 de setembro de 2012.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO CAU/AP

Art.3º Em conformidade com as disposições da Lei nº 12.378, de 2010, do Regimento Geral do CAU/BR e deste Regimento compete ao CAU/AP:

- I – zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização cultural e técnico-científica do exercício da Arquitetura e do Urbanismo;
- II – elaborar e alterar seu Regimento Interno e demais atos administrativos;
- III – criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição;
- IV – cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378, de 2010, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- V – editar, alterar e revogar provimentos e os atos necessários à organização e ao funcionamento do CAU/AP;
- VI – criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- VII – realizar as inscrições de profissionais e de pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei nº 12.378, de 2010, para exercerem atividades de Arquitetura e Urbanismo, mantendo o cadastro atualizado, e expedir as carteiras de identificação de profissionais;
- VIII - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- IX - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- X - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de Arquitetura e Urbanismo;
- XI - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral e demais normas do CAU/BR;
- XII - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;
- XIII - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação da Lei nº 12.378, de 2010, e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XIX - representar os arquitetos e urbanistas domiciliados em sua jurisdição em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à Arquitetura e Urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;
- XX - manter relatórios públicos de suas atividades;
- XXI - firmar convênios com entidades públicas e privadas;
- XXII - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade.

§ 1º Além das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 12.378, de 2010, compete ao CAU/AP:

- I - divulgar suas ações institucionais;
- II - gerir seus recursos e patrimônio;
- III - coordenar, supervisionar e controlar suas atividades.

§ 2º O exercício das competências enumeradas nos incisos III, IV, X e XIV do caput terá como limite para seu efetivo custeio os recursos próprios do CAU/AP, considerados os seus efeitos nos exercícios subseqüentes, observadas as normas de ordem pública relativas à contratação de serviços e à celebração de convênios.

§ 3º Excepcionalmente, serão considerados recursos próprios do CAU/AP os repasses recebidos do CAU/BR, a conta do fundo especial a que se refere o art. 60 da Lei nº 12.378, de 2010.

Informações adicionais

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do

Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal -

CAUs; e dá outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno CAU/AP

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e RESOLUÇÕES CAU/BR - Disponíveis em: <http://www.caubr.gov.br/LEGISLAÇÃO> (Leis; Atos do CAU/BR)

Informações adicionais

Regimento Interno do CAU/AP encontra-se disponível em: <http://www.cauap.org.br/wpcontent/uploads/2015/01/regimento-cau.pdf>

3.3 HISTÓRICO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU/AP), criado pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá, e jurisdição em todo o território do Amapá, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação

do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

3.4 ORGANOGRAMA

Áreas/Subunidades estratégicas:	Agente de Fiscalização
Competência:	Fazer cumprir e fiscalizar o exercício profissional nos termos da Lei 12.378/2010 e das Resoluções do CAU/BR.
Titular:	Charles de Oliveira da Silva e Natasha Farias Leão
Cargo:	Agente de Fiscalização
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Analista de Informática
Competência:	Suporte técnico para as atividades de gerenciamento e manutenção de rede lógica e física que compõe a estrutura do TI, auxiliando nas atividades de atendimento pelo Sistema do CAU.
Titular:	Marcus Vinicius Barbato Gonzaga
Cargo:	Analista de Informática
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Assistente Administrativo
Competência:	Realizar o atendimento dos profissionais no SICCAU, auxiliando nas demais atividades administrativas.
Titular:	Thais Gonçalves Matos
Cargo:	Assistente Administrativo
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Gerência Geral
Competência:	Está vinculada à Presidência, responsável pelo acompanhamento das atividades administrativas.
Titular:	Aline Aguiar Rodrigues
Cargo:	Gerente Geral
Período de atuação:	04/10/2016
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Presidência
Competência:	Encontra-se descrita no art. 57 , incisos e art. 58 do Regimento Interno do CAU/AP.

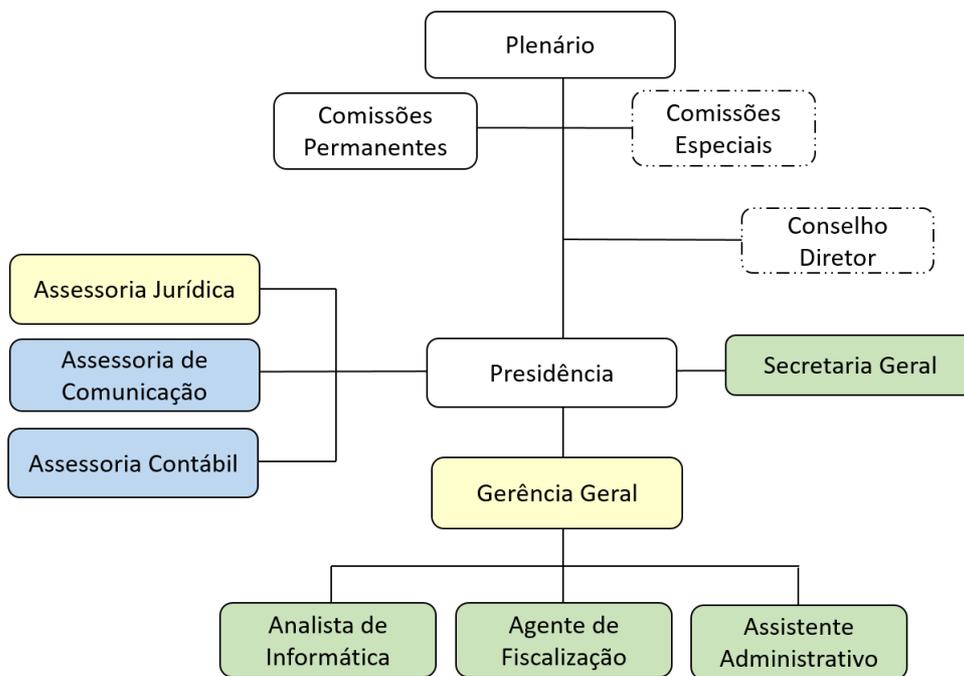
Titular: Eumenides de Almeida Mascarenhas
Cargo: Presidente
Período de atuação: 01/01/2015
Período de atuação: 31/12/2017

Áreas/Subunidades estratégicas:	Secretaria Geral
--	------------------

Competência: Organizar e secretariar as reuniões, preparar e organizar arquivos documentais em geral, contralrar agenda de compromissos, entre outros.

Titular: Aline Aguiar Rodrigues
Cargo: Secretária Geral
Período de atuação: 10/03/2014
Período de atuação:

ORGANOGRAMA CAU/AP



- Legenda:
- Conselheiros
 - Livre Provimento
 - Terceirizados
 - Concurso

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2017 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2017 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2017, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2017, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2017 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O método utilizado pelo CAU/AP foi baseado na utilização da técnica de planejamento BSC - Balanced Scorecard, que visa alcançar o alinhamento entre o planejamento estratégico e suas atividades operacionais, traduz missão e estratégia em objetivos e medidas.

Se pauta na busca pelo aprimoramento das ações que visem assegurar os processos, atividades e a sustentabilidade financeira do Conselho, com análise econômica e social do país com reflexos na arquitetura e urbanismo. Os níveis tático e operacional possuem limites estabelecidos para aplicação de recurso, que visão garantir sua execução efetiva. A técnica é aplicada com foco nos objetivos estratégicos por meio da utilização dos indicadores e metas descritos no plano de ação do CAU/BR e dos CAU/UF.

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Missão

Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Valores

- Ética e transparência
- Excelência organizacional
- Comprometimento com a inovação
- Unicidade e integração
- Democratização da informação e conhecimento
- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

O Conselho vem buscando um constante aprimoramento da gestão e das atividades, com incentivos e capacitação para os servidores, objetivando garantir o melhor atendimento no desenvolvimento dos serviços institucionais.

FORÇAS:

- Legitimação pela categoria profissional;
- Presença em todas as unidades da federação;
- Competência e comprometimento dos conselheiros, funcionários e demais colaboradores;
- Ausência de história negativa;

- Base tecnológica diferenciada;
- Poder de “polícia”
- Criado com 100 mil arquitetos e urbanistas já registrados;
- Apoio das entidades nacionais;
- Possuir a experiência e a história acumuladas por mais de 90 anos pelas entidades de Arquitetos.

FRAQUEZAS:

- Insegurança financeira
- Carência de informações sobre o público-alvo;
- Tecnologia própria em desenvolvimento;
- Influência do antigo conselho;
- Fluxos e processos inter-relacionados;
- Insustentabilidade financeira de alguns CAU/UF.

Análise de ambiente externo

O Conselho, por meio de ações estratégicas, vem marcando de significativa sua atuação junto aos profissionais, empresas e a sociedade, por meio de ações de fiscalização que se destinam a orientar e acompanhar o desenvolvimento dos profissionais que atuam na capital e nos demais municípios, buscando ainda, manter contato com as prefeituras a fim de efetivar as parcerias que garantirão uma melhor atuação do Conselho.

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;
- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

O Conselho possui limitações significativas dentro de sua estrutura de pessoal, que aliado a questões orçamentárias, representam um fator de grande relevância diante da efetivação das ações propostas.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

Aprimorar e inovar os processos mais significativos e retomar as ações que possam representar fatores de melhoria para o desenvolvimento estratégico.

Identificação da estratégia futura

Um dos maiores desafios está na garantia da sustentabilidade financeira que representam o maior desafio a ser alcançado, pois será o fator que irá impactar diretamente no modo de condução das ações estratégicas.

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

Assegurar a eficácia no atendimento

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade.

- Macro Objetivo:

Assegurar a sustentabilidade financeira

Garantir que o Conselho alcance sua autossustentabilidade.

- Macro Objetivo:

Eficácia no Relacionamento e Comunicação

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade.

- Macro Objetivo:

Fiscalização

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

ANEXO - Mapa Estratégico CAU_AP.pdf - Vide anexo do tópico 4.1.1 no final da seção

O CAU/AP em seus objetivos estratégicos de 2017 realizou a execução de todas as atividades previstas para o adequado atendimento do CAU/AP. No objetivo de assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade com cerca de 1.358 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU. Em Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, a fiscalização realizou a execução de todas as atividades previstas para fiscalização de profissionais e empresas do Amapá, tanto na capital como no interior com cerca de 523 processos fiscalizatórios. Foi realizada aquisição de um imóvel para implantação da sede definitiva do CAU/AP. Ainda foi realizado 01 Seminário para profissionais e acadêmicos na área de assistência técnica de interesse social para famílias de baixa renda.

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil-CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAU/UF foram criados com a lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no País. Uma conquista para categoria, que significa maior autonomia e representatividade para a profissão. Autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo território nacional, criado para cumprir a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância (§ 1º do Art. 24 da lei 12.378/2010).

Durante o ano de 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá procurou desenvolver as estratégias propostas em seu planejamento, conforme os indicadores vinculados ao mapa estratégico, objetivando sua efetiva implementação.

Missão/Finalidade institucional

Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos

Competências Legais

As competências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá estão disposta conforme art. 34 da lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010:

"Compete aos CAUs:

- I - elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado;
- VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;
- IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR;
- X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;
- XI - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;

- XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; e
XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas."

Análise crítica

O CAU/AP busca constantemente cumprir suas competências buscando alcançar sua missão "

Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos".

O CAU/AP ainda teve dificuldades para a realização de algumas ações previstas para o ano de 2017, em função do pequeno quadro de pessoal e por estar na situação de CAU/Básico, dependendo principalmente dos recursos oriundos do CAU/BR.

4.2 RESULTADOS

ANEXO - Desempenho Operacional_2017_CAUAP_.pdf - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

ANEXO - Limites Estratégicos CAU_AP_2017.pdf - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

A ferramenta de acompanhamento da execução dos planos de ação e orçamento está definida na Resolução nº 101/2015:

DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E ORÇAMENTOS DO CAU/BR E DOS CAU/UF

Art. 7º Os CAU/UF encaminharão ao CAU/BR, quadrimestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao quadrimestre findo, informações sobre a execução de seu plano de ação, contemplando:

I - relatório da execução do plano de ação, contemplando os resultados para os indicadores do mapa estratégico e dos projetos e atividades, bem como a execução das metas físicas e financeiras, frente ao previsto no plano aprovado;

II - justificativas da execução do plano de ação dos projetos e atividades, metas físicas e financeiras em patamares inferiores ou superiores a 20% (vinte por cento) em relação ao previsto."

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2017 atingiu o valor de R\$ 1.141.577,58 que corresponde a 101,79% da Receita Corrente que é de R\$ 1.121.480,00 e de 60,79% da Receita Orçamentária que é de R\$ 1.878.000,00.

DA DESPESA

A despesa realizada até o mês de dezembro de 2017 atingiu o valor de R\$ 1.657.127,25, que corresponde a 88,24% da Despesa Orçamentária de 2017, que é de R\$ 1.878.000,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2017, constatou-se um Déficit Orçamentário no valor de R\$ 515.549,67 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2017.

RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário apurado até o mês de dezembro de 2017, foi um Superávit no valor de R\$ 112.448,33, conforme demonstramos:

Receita Corrente	R\$ 1.141.577,58
(-) Despesa Corrente	R\$ (1.029.129,25)
(=) Superávit Primário	R\$ 112.448,33

JUSTIFICATIVA DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Em 2017, foi prevista a realização de despesas com investimento no valor de R\$ 756.520,00, com a fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Conforme diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU exercício 2017, item 2.5, a alocação dos recursos de Superávit financeiro de exercícios anteriores (Receitas de Capital) fica condicionada à utilização em Despesas de Capital (ex. Bens móveis e imóveis).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, do valor previsto de despesa de capital com fonte do superávit financeiro, executou R\$ 627.998,00 com aquisição do imóvel para sede do Conselho e equipamentos de informática. Diante disso, ocasionou o déficit no resultado orçamentário.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

A programação orçamentária das despesas do exercício 2017 foi composta por 14 Planos de Ações, composta de 1 proposta orçamentária e 1 reprogramação orçamentária, ambos aprovados pelas Comissões de Finanças e Plenária do CAU/AP e do CAU/BR.

Planos de ações aprovados:

1. Manutenção da atividades administrativas - R\$ 502.100,00;
2. Atendimento - R\$ 129.532,00;
3. Fiscalização - R\$ 340.320,00;
4. Comunicação - R\$ 40.940,00;
5. Aporte ao Centro de serviços compartilhados - R\$ 25.101,00;
6. Fundo de apoio - R\$ 10.507,00;
7. Estruturação da sede - R\$ 620.000,00;
8. Colaborador valorizado - R\$ 11.000,00;
9. Presidência e Plenárias - R\$ 50.500,00;
10. Manutenção da Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração / CPFOA - R\$ 22.500,00;
11. Manutenção da Comissão de Ética e Exercício Profissional / CEEP - R\$ 38.250,00;
12. Manutenção da Comissão de Ensino e Formação / CEF - R\$ 22.500,00;
13. Manutenção da Comissão de Políticas Públicas Urbana e Ambiental - CPUA - R\$ 31.750,00;
14. Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social / ATHIS - R\$ 22.000,00.

Análise crítica

O plano de ação Reserva de Contingência não foi realizado no exercício 2017, uma vez que ele foi criado para suplementar os demais planos caso houvesse necessidade de durante o exercício.

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.680.670,00	1.770.000,00	79.572,00	133.475,00	19.457,00	25.475,00	1.740.785,00	1.878.000,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	980.670,00	1.115.129,00	70.186,00	31.826,00	19.457,00	25.475,00	1.031.399,00	1.121.480,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	152.043,00	179.603,00	0,00	5.733,00	16.457,00	9.091,00	135.586,00	176.245,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	152.043,00	179.603,00	0,00	5.733,00	16.457,00	9.091,00	135.586,00	176.245,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	152.043,00	179.603,00	0,00	5.733,00	16.457,00	9.091,00	135.586,00	176.245,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	103.642,00	117.606,00	2.019,00	19.019,00	0,00	0,00	105.661,00	136.625,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	600,00	400,00	900,00	0,00	0,00	400,00	1.500,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	103.642,00	116.886,00	1.319,00	17.739,00	0,00	0,00	104.961,00	134.625,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	120,00	300,00	380,00	0,00	0,00	300,00	500,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	6.136,00	58.095,00	67.792,00	6.954,00	3.000,00	15.979,00	70.928,00	49.070,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.136,00	2.800,00	1.570,00	4.400,00	3.000,00	0,00	4.706,00	7.200,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	55.295,00	66.222,00	2.554,00	0,00	15.979,00	66.222,00	41.870,00
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	150,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	200,00
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	5.145,00	3.500,00	504,00	0,00	0,00	3.500,00	5.649,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES	0,00	50.000,00	62.722,00	2.000,00	0,00	15.979,00	62.722,00	36.021,00

FINANCEIRAS								
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	718.849,00	759.246,00	375,00	0,00	0,00	0,00	719.224,00	759.246,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	579,00	0,00	120,00	0,00	405,00	0,00	294,00
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	80,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	200,00
6.2.1.1.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	499,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	94,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	700.000,00	654.871,00	9.386,00	101.649,00	0,00	0,00	709.386,00	756.520,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	700.000,00	654.871,00	9.386,00	101.649,00	0,00	0,00	709.386,00	756.520,00
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	700.000,00	654.871,00	9.386,00	101.649,00	0,00	0,00	709.386,00	756.520,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.680.670,00	1.770.000,00	503.664,90	338.629,01	443.549,90	230.629,01	1.740.785,00	1.878.000,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.680.670,00	1.770.000,00	503.664,90	338.629,01	443.549,90	230.629,01	1.740.785,00	1.878.000,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	986.083,00	1.109.129,00	381.234,90	228.109,01	355.505,90	226.758,01	1.011.812,00	1.110.480,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	461.833,00	563.531,92	133.641,15	31.585,20	78.948,50	30.213,29	516.525,65	564.903,83
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	427.078,00	531.532,32	121.148,40	23.123,59	69.217,93	26.813,58	479.008,47	527.842,33
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	286.344,37	362.059,54	69.764,89	21.013,22	29.435,47	21.573,89	326.673,79	361.498,87
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	87.397,63	115.841,06	19.865,14	227,17	7.730,58	2.430,45	99.532,19	113.637,78
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	53.336,00	53.631,72	31.518,37	1.883,20	32.051,88	2.809,24	52.802,49	52.705,68
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	34.755,00	31.999,60	12.492,75	8.461,61	9.730,57	3.399,71	37.517,18	37.061,50
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00	15.500,00	6.512,60	10.995,00	8.949,85	5.000,00	13.562,75	21.495,00
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00	15.500,00	6.512,60	10.995,00	8.949,85	5.000,00	13.562,75	21.495,00

6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	66.000,00	104.400,00	44.030,00	66.144,98	15.364,00	9.196,16	94.666,00	161.348,82
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	24.400,00	20.200,00	29.162,80	4.055,00	0,00	16.145,00	53.562,80
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	66.000,00	80.000,00	23.830,00	36.982,18	11.309,00	9.196,16	78.521,00	107.786,02
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	383.912,00	338.089,08	174.057,57	91.730,55	225.943,55	146.236,09	332.026,02	283.583,54
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	148.000,00	66.196,00	27.401,00	4.054,00	128.321,00	11.205,00	47.080,00	59.045,00
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	0,00	7.190,00	64.063,00	3.910,00	20.739,48	6.100,00	43.323,52	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	176.667,00	196.703,08	63.142,85	67.000,46	55.163,18	127.466,96	184.646,67	136.236,58
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	59.245,00	68.000,00	11.450,72	16.766,09	21.709,89	1.464,13	48.985,83	83.301,96
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	26.300,00	17.000,00	17.445,67	24.860,08	26.300,00	1.112,47	17.445,67	40.747,61
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	26.300,00	17.000,00	17.445,67	24.860,08	26.300,00	1.112,47	17.445,67	40.747,61
6.2.2.1.1.01.06 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	5.172,91	2.793,20	0,00	0,00	5.172,91	2.793,20
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.038,00	70.608,00	375,00	0,00	0,00	35.000,00	32.413,00	35.608,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	8.895,00	10.507,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.895,00	10.507,00
6.2.2.1.1.01.07.02 - CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	23.143,00	60.101,00	375,00	0,00	0,00	35.000,00	23.518,00	25.101,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	675.000,00	654.871,00	102.886,00	105.520,00	68.500,00	3.871,00	709.386,00	756.520,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	675.000,00	31.000,00	102.886,00	105.520,00	68.500,00	0,00	709.386,00	136.520,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E	25.000,00	31.000,00	78.500,00	105.520,00	53.500,00	0,00	50.000,00	136.520,00

MATERIAIS PERMANENTES								
6.2.2.1.1.02.02 - INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	623.871,00	0,00	0,00	0,00	3.871,00	0,00	620.000,00
6.2.2.1.1.02.02.03 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	623.871,00	0,00	0,00	0,00	3.871,00	0,00	620.000,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	19.587,00	6.000,00	19.544,00	5.000,00	19.544,00	0,00	19.587,00	11.000,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

No exercício 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá realizou transferências para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CNPJ nº 14.702.767/0001-77, referente aporte financeiro ao Fundo de Apoio e Centro de Serviço Compartilhado.

Transferências Fundo de Apoio

O aporte financeiro ao Fundo de Apoio está regulamentado pela Resolução CAU/BR nº 27, de 27 de julho de 2012 e cria o Fundo de Apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e dá outras providências. O fundo de apoio é destinado a equilibrar as receitas e despesas dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) cuja arrecadação seja insuficiente para a implementação de suas atividades operacionais e manutenção de suas estruturas administrativas.

No exercício 2017 foi transferido o valor de R\$ 10.507,00.

Transferências Centro de Serviço Compartilhado

O aporte financeiro ao CSC-Centro de Serviço Compartilhado está regulamentado pela Resolução CAU/BR nº 126, de 15 de dezembro de 2016 e regulamenta o compartilhamento, entre o CAU/BR e os CAU/UF, da gestão, manutenção, evolução e despesas relativas ao Centro de Serviços Compartilhados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CSC-CAU), e dá outras providências. O Centro de Serviços Compartilhados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CSC-CAU) compreende os serviços compartilhados essenciais e os serviços compartilhados por adesão, nos termos dos parágrafos da Resolução.

No exercício 2017 foi transferido o valor de R\$ 25.101,00.

4.3.3 RECEITAS

Descrição dos repasses de receita (método e percentuais)

A programação orçamentária das receitas do exercício 2017 foi estimada em R\$ 1.878.000,00, sendo R\$ 1.121.480,00 de receitas correntes e 756.520,00 de receitas de capital. No que se refere a receita de capital, a previsão foi necessária para contrapartida de sua respectiva despesa de capital.

Receitas Correntes: Se referem a arrecadação própria e transferências do CAU/BR. A arrecadação própria é anuidade pessoa física e pessoa jurídica, registro de responsabilidade técnica, taxas, multas, juros e aplicações financeiras, enquanto que as transferências correntes são aportes mensais de fundo de apoio para custeio da máquina.

Receitas de Capital: Se referem ao superávit financeiro de exercício anteriores incorporado ao orçamento para investimento do Conselho no exercício atual.

Análise crítica

Da programação prevista da receita orçamentária corrente de R\$ 1.121.480,00, foi arrecadado R\$ 1.141.577,58, o que corresponde a 1,79% a mais. Anuidades de pessoas físicas e jurídicas arrecadou apenas 82,41% do previsto, enquanto que registro de responsabilidade técnica superou em 44,78% a previsão. No geral, 2017 superou a expectativa de arrecadação.

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
----------------	---	---	---------------------------------

6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.878.000,00	1.141.577,58	736.422,42
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.121.480,00	1.141.577,58	-20.097,58
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	176.245,00	145.254,63	30.990,37
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	176.245,00	145.254,63	30.990,37
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	176.245,00	145.254,63	30.990,37
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	134.012,00	109.590,60	24.421,40
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Pessoa Física - do Exercício Anterior	0,00	13.638,13	-13.638,13
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercício	42.233,00	19.511,07	22.721,93
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	0,00	2.514,83	-2.514,83
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	136.625,00	195.883,87	-59.258,87
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.500,00	684,71	815,29
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	1.500,00	684,71	815,29
6.2.1.2.1.05.05 - 6.2.1.2.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	134.625,00	194.911,96	-60.286,96
6.2.1.2.1.05.05.02 - 6.2.1.2.1.05.05.02 - Pessoa Física - RRT	134.625,00	194.911,96	-60.286,96
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	500,00	287,20	212,80
6.2.1.2.1.05.07.08 - 6.2.1.2.1.05.07.08 - Direitos Autorais	500,00	287,20	212,80
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	48.870,00	45.948,29	2.921,71
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	7.200,00	4.079,04	3.120,96
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	5.700,00	3.467,78	2.232,22
6.2.1.2.1.06.02.02 - 6.2.1.2.1.06.02.02 - Pessoas Jurídicas	1.500,00	611,26	888,74

6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	41.670,00	41.869,25	-199,25
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.649,00	6.788,87	-1.139,87
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	4.649,00	5.566,67	-917,67
6.2.1.2.1.06.05.04.002 - 6.2.1.2.1.06.05.04.002 - Pessoas Jurídicas	1.000,00	1.222,20	-222,20
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	36.021,00	35.080,38	940,62
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.001 - CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	30.021,00	30.520,48	-499,48
6.2.1.2.1.06.05.07.004 - 6.2.1.2.1.06.05.07.004 - Fundos de Investimentos Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	6.000,00	4.559,90	1.440,10
6.2.1.2.1.07 - 6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	759.246,00	748.927,15	10.318,85
6.2.1.2.1.07.01 - 6.2.1.2.1.07.01 - Transferencias Intragovernamentais	759.246,00	748.927,15	10.318,85
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	494,00	5.563,64	-5.069,64
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	400,00	3.971,96	-3.571,96
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Pessoas Físicas	200,00	71,40	128,60
6.2.1.2.1.08.02.03 - 6.2.1.2.1.08.02.03 - Documento de Fiscalização	200,00	3.900,56	-3.700,56
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	94,00	1.322,43	-1.228,43
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	94,00	1.322,43	-1.228,43
6.2.1.2.1.08.04 - 6.2.1.2.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	269,25	-269,25
6.2.1.2.1.08.04.01 - 6.2.1.2.1.08.04.01 - Receitas Não Identificadas	0,00	269,25	-269,25
6.2.1.2.1.08.04.01.002 - 6.2.1.2.1.08.04.01.002 - Receitas não Identificadas	0,00	269,25	-269,25
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	756.520,00	0,00	756.520,00

6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	756.520,00	0,00	756.520,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	756.520,00	0,00	756.520,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	756.520,00	0,00	756.520,00

4.3.4 DESPESAS

Apresentação

Agrega elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto:

1. Pessoal e Encargos Sociais
2. Juros e Encargos da Dívida.
3. Outras Despesas Correntes
4. Investimentos.
5. Inversões Financeiras.
6. Amortização da Dívida

Análise Crítica

No exercício 2017, resumidamente, as despesas por grupo de natureza estão foram assim realizadas:

1. Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 471.755,85.
2. Juros e Encargos da Dívida - R\$ 0,00.
3. Outras Despesas Correntes - R\$ 557.373,40.
4. Investimentos - R\$ 7.998,00.

5. Inversões Financeiras - R\$ 620.000,00.

6. Amortização da Dívida - R\$ 0,00.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	261.132,34	245.306,42	261.132,34	245.306,42	0,00	0,00	261.132,34	245.306,42
6.2.2.1.1.01.01.01.001.002 - Gratificação de Função	13.255,51	49.275,71	13.255,51	49.275,71	0,00	0,00	13.255,51	49.275,71
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	69.638,71	77.722,13	69.638,71	77.722,13	0,00	0,00	69.638,71	77.722,13
6.2.2.1.1.01.01.01.003.005 - Auxílio alimentação	18.255,49	34.612,62	18.255,49	34.612,62	0,00	0,00	18.255,49	34.612,62
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Diárias Funcionários	34.234,25	31.294,00	34.234,25	31.294,00	0,00	0,00	34.234,25	31.294,00
Demais elementos do grupo	45.281,00	117.542,19	45.281,00	117.542,19	0,00	0,00	45.281,00	117.542,19
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	261.132,34	245.306,42	261.132,34	245.306,42	0,00	0,00	261.132,34	245.306,42
6.2.2.1.1.01.01.01.001.002 - Gratificação de Função	13.255,51	49.275,71	13.255,51	49.275,71	0,00	0,00	13.255,51	49.275,71
6.2.2.1.1.01.01.01.001.003 - Gratificação de Natal - 13º Salário	24.134,65	27.128,38	24.134,65	27.128,38	0,00	0,00	24.134,65	27.128,38
6.2.2.1.1.01.01.01.001.004 - Férias	20.674,67	28.750,31	20.674,67	28.750,31	0,00	0,00	20.674,67	28.750,31
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	69.638,71	77.722,13	69.638,71	77.722,13	0,00	0,00	69.638,71	77.722,13

6.2.2.1.1.01.01.01.002.002 - FGTS	26.184,56	28.919,84	26.184,56	28.919,84	0,00	0,00	26.184,56	28.919,84
6.2.2.1.1.01.01.01.003.005 - Auxílio alimentação	18.255,49	34.612,62	18.255,49	34.612,62	0,00	0,00	18.255,49	34.612,62
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Diárias Funcionários	34.234,25	31.294,00	34.234,25	31.294,00	0,00	0,00	34.234,25	31.294,00
6.2.2.1.1.01.03.01.001 - Remuneração de Serviços Pessoais	5.945,00	27.051,12	5.945,00	27.051,12	0,00	0,00	5.945,00	27.051,12
6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Diárias Conselheiros/Convidados	78.521,00	101.980,00	78.521,00	101.980,00	0,00	0,00	78.521,00	101.980,00
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria Contábil	27.080,00	31.500,00	27.080,00	31.500,00	0,00	0,00	27.080,00	31.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01.005 - Serviço de Assessoria de Comunicação	12.000,00	24.800,00	12.000,00	24.800,00	0,00	0,00	12.000,00	24.800,00
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Passagens Conselheiros/Convidados	39.540,67	60.384,71	39.540,67	60.384,71	0,00	0,00	39.540,67	60.384,71
6.2.2.1.1.01.05.01.003 - Impostos e Taxas	0,00	23.925,74	0,00	13.863,10	0,00	10.062,64	0,00	13.863,10
6.2.2.1.1.01.07.02.003 - Despesa com Serviços Compartilhados CAU BR	18.143,00	22.819,00	18.143,00	22.819,00	0,00	0,00	18.143,00	22.819,00
Demais elementos do grupo	0,00	213.659,27	0,00	206.846,68	0,00	6.812,59	0,00	196.035,68
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	31.035,88	7.998,00	18.632,55	7.998,00	12.403,33	0,00	18.632,55	7.998,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS PELO CAU/AP 2017:

Dentre as principais ações do CAU/AP em 2017, em relação ao objetivo de "Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo" foram realizadas a intensificação das ações da fiscalização na capital e no interior, gerando 523 processos no ano. Ainda nesse objetivo o CAU/AP manteve o convênio com a Prefeitura e a SEMDUH, o qual proporcionou a atuação conjunta da Fiscalização do CAU/AP e da Prefeituras nas obras da Capital. No Objetivo de Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, foram registrados no CAU/AP cerca de 1358 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU. Ainda visando a melhoria no atendimento à sociedade e os profissionais, o CAU/AP realizou a compra de sua sede definitiva com localização privilegiada, e de fácil acessibilidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2017:

No exercício de 2017, foram realizadas 02 eventos no Estado, o primeiro em conjunto com o CAU/BR para a Capacitação de Escritórios para o Mercado Exterior, que foi realizada em Macapá no dia 29/06/2017, onde houve o registro de cerca de 43 profissionais e o segundo em conjunto com a UNIFAP, Prefeitura de Macapá, e Caixa Econômica Federal, onde foi realizado o I Seminário de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social - ATHIS, no dia 18/08/2017, onde houveram 174 participantes. O CAU/AP em 2017 realizou 04 pregões presenciais, 23 contratações diretas e 03 inexigibilidades. Para melhorar o atendimento presencial o CAU/AP realizou a aquisição de sua sede definitiva com localização privilegiada, e de fácil acessibilidade. Visando a melhoria contínua o CAU/AP realizou a capacitação de 04 servidores nas áreas de auditoria e licitações e contratos.

4.5 INDICADORES

ANEXO - Indicadores CAU_AP_2017.pdf - Vide anexo do tópico 4.5 no final da seção

Os indicadores de desempenho são elementos essenciais e contribuem de maneira significativa para a gestão estratégica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá.

Mapa Estratégico CAU_AP.pdf - Anexo do tópico 4.1.1

MAPA ESTRATÉGICO CAU/AP

Missão:

Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos

Mapa Estratégico
CAU/AP

Visão:

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo

Sociedade

Impactar significativamente o planejamento e a gestão do território

- Ética e transparência
- Excelência organizacional
- Comprometimento com a inovação
- Unicidade e integração
- Democratização da informação e conhecimento
- Interlocação da Arquitetura e Urbanismo na sociedade

Valorizar a Arquitetura e Urbanismo

Processos Internos

Excelência Organizacional

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade

Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo

Relações Institucionais

Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada

Garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana

Estimular a produção da arquitetura e urbanismo como política de Estado

Relação com a Sociedade

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade

Promover o exercício ético e qualificado da profissão

Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo

Alavancadores

Assegurar a sustentabilidade financeira

Aprimorar e inovar os processos e as ações

Pessoas e Infraestrutura

Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores

Construir cultura organizacional adequada à estratégia

Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade

Desempenho
Operacional_2017_CAUAP_.pdf - Anexo
do t3pico 4.2

4- AÇÕES/RESULTADOS (PROJETOS/ ATIVIDADES) 2017:

Orientações: * P = Projeto / A = Atividade

Caso seja necessário a inclusão de novas linhas, favor atentar para a continuidade da fórmula inserida na planilha.

O preenchimento do Fundo de Apoio (FA) é para os CAU Básicos.

devem estar em conformidade com as da última Reprogramação

Unidade Organizacional	* P/A	FA	Denominação	Objetivo Estratégico Principal (Mapa Estratégico)	METAS FÍSICAS REALIZADAS EM 2017	Justificativa para as metas físicas não realizadas frente as aprovadas no Plano de ação de 2017.	RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2017	Justificativa dos resultados não alcançados frente aos aprovados no Plano de ação de 2017.	METAS FINANCEIRAS						Justificativas para as metas financeiras não executadas	
									Programação Aprovada (A)	Transposição (B)	Total Aprovado + Transposição (R\$) (C=A+B)	Total Executado (R\$) (D)	% de Execução	Fundo de Apoio		
														Valor Previsto (R\$)		Valor Executado (R\$)
Gerência Geral	A	X	Manutenção das Atividades Administrativas	Aprimorar e inovar os processos e as ações	Execução de todas as atividades previstas para o adequado funcionamento administrativo e institucional do CAU/AP. Realizou prgões para contratação de empresas especializadas em serviços gráficos, serviços gerais, empresa de cerimonial e eventos e contratou serviços cartorais para o registro do imóvel do CAU/AP.		Garantiu pleno funcionamento do CAU-AP e atendeu com eficácia e efetividade aos profissionais e a sociedade.		502.100	-	502.100	417.868	83,2	344.795	337.762	
Gerência Geral	A	X	Atendimento e relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Execução de todas as atividades previstas para o adequado atendimento do CAU/AP, com cerca de 1358 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU.		Promoveu atendimento eficaz e manteve o bom relacionamento entre o CAU/AP e os Profissionais Arquitetos e Urbanistas e Sociedade.		129.532	-	129.532	129.432	99,9	129.532	129.432	
Gerência Geral	A	X	Fiscalização	Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Execução de todas as atividades previstas para fiscalização de profissionais e empresas do Amapá, tanto na capital como no interior com cerca de 523 processos fiscalizatórios.		Garantiu a eficácia das atividades desenvolvidas pela fiscalização do CAU/AP.		340.320	-	340.320	237.869	69,9	221.068	218.957	O não cumprimento dessa meta deve-se em virtude da não aquisição do veículo programado para o setor de fiscalização.
Gerência Geral	A	X	Comunicação	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Aprimorar a comunicação entre o CAU/AP, os Arquitetos Urbanistas e a sociedade.	Encerramento do contrato da empresa de assessoria de comunicação em agosto de 2017, o que refletiu em uma baixa produção do setor.	Com a falta de um contrato de assessoria de comunicação refletiu em baixo acesso à página do CAU/AP e de pouca divulgação das ações institucionais.		40.940	-	40.940	38.107	93,1	38.750	38.107	
Gerência Geral	A	X	Aporte ao Centro de Serviços Compartilhados	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Repassou os valores destinado ao Centro de Serviços Compartilhados - CSC.		Garantiu o repasse de recursos para as despesas incorridas na gestão, manutenção e evolução dos serviços do Centro de Serviços Compartilhados.		25.101	-	25.101	25.101	100,0	25.101	25.101	
Gerência Geral	A		Fundo de Apoio	Assegurar a sustentabilidade financeira	Repassou o percentual do fundo de apoio aos CAUs básicos.		Garantiu Recursos para o manutenção das atividades dos CAU/UFs Básicos, visando o fortalecimento e o desenvolvimento da profissão de arquiteto e urbanista.		10.507	-	10.507	10.507	100,0			
Gerência Geral	A		Reserva de Contingência	Assegurar a sustentabilidade financeira	Destinou os valores para eventuais furos no orçamento.		Garantiu repasse de recursos para suportar eventuais ações de natureza estratégica e operacional não contempladas no Plano de Ação.	Não houve a necessidade de utilização do recurso.	11.000	-	11.000	-	0,0			Não houve a necessidade de utilização do recurso.
Presidência	P		Estruturação da Sede	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Foi realizada aquisição de um imóvel para implantação da sede definitiva do CAU/AP.		Destinou recursos orçamentários para compra de um imóvel onde funciona a sede do Conselho.		620.000	-	620.000	620.000	100,0			

Gerência Geral	P		Patrocínio	Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Não alcançado.	Foram publicados 02 editais de patrocínios e não houveram interessados.	Não realizada .	Ausência de interessados nas condições estabelecidas para a execução do plano.	-	-	-	-	0,0				Ausência de interessados nas condições estabelecidas para a execução do plano.
Gerência Geral	P		Colaborador Valorizado	Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Foram capacitados 04 dos 06 servidores nos cursos de Licitação e Contratos, auditoria em processos administrativos e Organização do Sistema de Controle Interno e Auditoria.		Desenvolveu capacitação de colaboradores para o desenvolvimento de suas habilidades, com vista no aprimoramento no desempenho das atividades de auditoria e licitações e contratos.		11.000	-	11.000	11.000	100,0				
Presidente	A		Presidência e Plenárias	Valorizar a Arquitetura e Urbanismo	Representação do CAU/AP em 05 Fórm de presidentes, 08 reuniões plenárias ordinárias e 02 extraordinárias do CAU/AP, participação na reunião com a Caixa Econômica Federal, UNIFAP e Prefeitura para alinhamento de políticas de valorização da Arquitetura e Urbanismo.		Garantiu a plena representação institucional, bem como a coordenação dos trabalhos das reuniões plenárias.		50.500	-	50.500	50.500	100,0				
Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração	A		Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA	Assegurar a sustentabilidade financeira	Representação em 02 eventos da COA/CAU-BR, 03 reuniões de planejamento e gestores do CAU/BR, 08 Plenárias ordinárias, 02 reuniões extraordinárias do CAU/AP e 08 Reunião de CPFOA/AP.		Manteve o planejamento, equilíbrio financeiro, e a eficácia administrativa.		22.500	-	22.500	22.500	100,0				
Comissão de Ética e Exercício Profissional	A		Comissão de Ética e Exercício Profissional - CEEP	Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Representação em 03 eventos da CEP/CAU-BR, 03 eventos técnicos do CAU/BR de fiscalização e ético, 08 Plenárias ordinárias, 02 reuniões extraordinárias do CAU/AP, e 09 reuniões da CEEP/AP.		Garantiu o cumprimento da ética, bem como orientar e disciplinar exercício profissional.		38.250	-	38.250	30.472	79,7				O não cumprimento da meta deu-se em virtude o cancelamento do Seminário de Ética e Exercício Profissional que tinha previsão de ser realizado no 2º semestre de 2017.
Comissão de Ensino e Formação	A		Comissão de Ensino e Formação - CEF	Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada	Representação em 02 eventos da CEF/CAU-BR, 03 reuniões com a UNIFAP, 08 Plenárias ordinárias, 02 reuniões extraordinárias do CAU/AP, e 04 reuniões da CEF/AP.		Garantiu a execução das atividades de formação continuada dos profissionais e de acadêmicos.		22.500	-	22.500	17.803	79,1				O não cumprimento da meta deu-se em virtude o cancelamento do Seminário de Ensino e Formação que tinha previsão de ser realizado no 2º semestre de 2017.
Comissão de Políticas Urbanas e Ambiental	A		Comissão de Políticas Urbana e Ambiental - CPUA	Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana	Participação em eventos da CPUA/CAU-BR, em seminários técnicos do CAU/BR de políticas públicas e ambientais, Plenárias ordinárias e extraordinárias do CAU/AP, e na coordenação de reuniões da CPUA/AP.		Participação de eventos de políticas urbanas e ambientais, bem como promover debates entre Gestores, Arquitetos Urbanistas e a Sociedade.		31.750	-	31.750	23.969	75,5				O não cumprimento da meta deu-se em virtude o cancelamento do Seminário da CPUA, que tinha previsão de ser realizado no 2º semestre de 2017.
Presidência	P		Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social – ATHIS	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Realização de 01 Seminário para profissionais e acadêmicos na área de assistência técnica de interesse social para famílias de baixa renda.		Capacitação de profissionais em Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social.		22.000	-	22.000	22.000	100,0				
Total									1.878.000	-	1.878.000	1.657.127	88,2	759.246	749.358		

JUSTIFICATIVAS:

Limites Estratégicos CAU_AP_2017.pdf - Anexo do tópico 4.2

DOS LIMITES DE APLICAÇÕES ESTRATÉGICAS:					
LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTR	LIMITES		Aprovado 2017	Executado 2017	% de Execução
	Fiscalização	%	32,4%	22,2%	-10,2%
	Atendimento	%	12,3%	12,1%	-0,2%
	Comunicação	%	3,9%	3,6%	-0,3%
	Patrocínio	%	0,0%	0,0%	0,0%
	Objetivos Estratégicos Locais	%	6,0%	5,7%	-0,3%
	Assistência Técnica	%	2,1%	2,1%	0,0%
	Capacitação	%	2,1%	2,1%	0,0%
	Despesas com Pessoal	%	42,4%	41,3%	-1,1%

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES ENTRE EM OS ÍNDICES APROVADOS E EXECUTADOS EM 2017.
<p>1. No limite estabelecido para a Fiscalização, em que a meta aprovada era 32,4% em relação ao orçamento total, foi realizada 22,3%, isso se aconteceu, em virtude da não aquisição do veículo programado para o setor de fiscalização, orçado no valor de R\$ 90.000,00. É importante ressaltar, que o mínimo estabelecido de 20% das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC foi realizado com o Atividades da Fiscalização. Dessa forma, o CAU/AP cumpriu o índice estipulado nas diretrizes 2017.</p> <p>2. No limite mínimo de 6% dos dois objetivos locais, o resultado final foi de 5,7%, isso se deu em virtude da não renovação do contrato com a assessoria de comunicação, que venceu em agosto de 2017.</p> <p>3. Os gastos com benefícios de pessoal totalizaram R\$ 52.703,22, assim distribuídos: Auxílio Alimentação - R\$34.612,62, Auxílio Saúde - R\$ 15.840,00 e Auxílio Creche - R\$ 2.250,60.</p>

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2017			2016			2017			2016		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	20	62.997,30	3,80	2	2.422,38	0,25	20	62.997,30	3,87	2	2.422,38	0,25
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	14	89.837,00	5,42	12	60.724,19	6,23	14	82.542,00	5,07	12	48.320,86	5,05
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	34	152.834,30	9,2	14	63.146,57	6,5	34	145.539,30	8,9	14	50.743,24	5,3
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	40	709.816,04	42,83	48	78.733,32	8,08	40	699.487,45	42,93	48	76.733,32	8,01
j) Inexigibilidade	11	29.277,00	1,77	9	34.974,34	3,59	11	29.277,00	1,80	9	32.674,34	3,41
	51	739.093,04	44,6	57	113.707,66	11,7	51	728.764,45	44,7	57	109.407,66	11,4
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	13	3.680,41	0,22	6	1.165,15	0,12	13	3.680,41	0,23	6	1.165,15	0,12
	13	3.680,41	0,2	6	1.165,15	0,1	13	3.680,41	0,2	6	1.165,15	0,1
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	45	527.198,07	31,81	36	181.857,31	18,67	45	527.198,07	32,35	36	181.857,31	18,99
m) Diárias	57	135.241,52	8,16	26	72.405,50	7,43	57	135.241,52	8,30	26	72.405,50	7,56
	102	662.439,59	40,0	62	254.262,81	26,1	102	662.439,59	40,7	62	254.262,81	26,6
5. Total												
	200	1.558.047,34	94,02	139	432.282,19	44,38	200	1.540.423,75	94,54	139	415.578,86	43,41
6. Total Geral												
	226	1.657.127,25	100	250	974.115,97	100	226	1.629.441,02	100	250	957.412,64	100

Indicadores CAU_AP_2017.pdf - Anexo do t3pico 4.5

3.1- INDICADORES DE RESULTADO

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da capacidade de fiscalização (Estados)	$\frac{\text{quantidade de serviços fiscalizados pelo CAU/UF}}{\text{número de serviços em execução conhecidos no Estado (acumulado no ano)}} \times 100$	trimestral	31/12/2017	25%	56,35%	O índice reflete na intensificação da fiscalização contrapondo com o maior conhecimento de obras em andamento. Percebeu-se o elevado número de reformas no Estado onde a fiscalização não conseguiu acompanhar esse crescimento.
Índice de presença profissional nos serviços fiscalizados (Estados)	$\frac{\text{quantidade de presença profissional (com RRT)}}{\text{número de serviços fiscalizados no Estado (acumulado no ano)}} \times 100$	trimestral	31/12/2017	55%	53,91%	O índice reflete no crescimento de profissionais formados em Arquitetura e Urbanismo e pela procura desses profissionais. Acredia-se que o índice diminuiu um pouco em virtude da ação do CREA/AP em exigir que a obra seja regularizada apenas por profissional de Engenharia.
Índice de RRT por mês por profissional ativo (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT registrados por mês}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}}$	trimestral	31/12/2017	3,80	5,0	O índice apresentado demonstra uma média baixa de RRT's por profissionais. As próximas ações do CAU/AP intensificarão a valorização Profissional e do registro de RRT's.
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de atendimento (Estados)	$\frac{\text{número de solicitações tratadas em até 30 dias}}{\text{número de solicitações (valor do trimestre)}} \times 100$	trimestral	31/12/2017	64%	92,89	O Atendimento do CAU/AP registrou uma demanda de atendimentos geral de 1462, dessas 1358 foram finalizadas

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Acessos à página do CAU UF (Estados)	Quantidade de acessos qualificados (visitantes únicos) a página do CAU (acumulado no ano)	trimestral	31/12/2017	1.400	182	O CAU/AP teve um desempenho inferior a meta, onde teve um índice inferior ao previsto para o acumulado. A meta não vem sendo alcançada pela baixa procura ao site do CAU-AP, acreditamos que os profissionais preferem o atendimento preferencial ou acessar as redes sociais.
Assegurar a sustentabilidade financeira	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de receita por arquiteto e urbanista (Estados)	$\frac{\text{receita corrente do Estado}}{\text{arquiteto e urbanista ativo no Estado}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	2284	2200	A mensuração considerou todas as receitas correntes do Estado, incluindo aplicação financeira, fundo de apoio e outras receitas. Preciso saber quantos arquitetos ativos.
Relação receita/custo de pessoal (Estados)	$\frac{\text{custo de pessoal do Estado}}{\text{receita corrente do Estado}} \times 100$	trimestral	31/12/2017	47,1%	#REF!	A mensuração considerou os benefícios pagos a pessoal. Desconsiderando os benefícios, o índice cai para 41,32%. A redução se deu, pois no exercício 2017 o CAU/AP contava com 6 empregados, já no exercício 2016, o CAU/AP contava com 7 empregados até outubro.
Índice de liquidez corrente (Estados)	$\frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$	mensal	31/12/2017	6	5,46	Meta vem ultrapassando o esperado.
Índice de inadimplência pessoa física (Estados)	$\frac{\text{total de profissionais inadimplentes}}{\text{total de profissionais ativos}} \times 100$	mensal	31/12/2017	20,7%	26,0%	O índice de inadimplência vem aumentando, acredita-se em função da crise econômica e a baixa procura de profissionais.
Índice de inadimplência pessoa jurídica (Estados)	$\frac{\text{total de empresas inadimplentes}}{\text{total de empresas ativas}} \times 100$	mensal	31/12/2017	38,7%	64,8%	O índice está elevado, e serão intensificadas as fiscalizações de acordo com a resolução 121-CAU/BR
Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho

Média de horas de treinamento por colaboradores e dirigentes (Estados)	$\frac{\text{horas totais de treinamento}}{\text{número total de colaboradores e dirigentes}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	24	17,8	Foram realizados 1 curso de Licitação e Contratos com carga horária de 32h, 1 Curso de auditoria em processos administrativos com carga hoária de 19h e 2 cursos de Organização do Sistema de Controle Interno e Auditoria com um total de 20 horas. No total de 04 colaboradores capacitados.
Índice de aproveitamento dos treinamentos (Estados)	$\frac{\text{número de colaboradores e dirigentes com bom desempenho no treinamento}}{\text{total de colaboradores e dirigentes treinados}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	85%	66,6%	Foram capacitados 04 dos 06 servidores nos cursos de Licitação e Contratos, auditoria em processos administrativos e Organização do Sistema de Controle Interno e Auditoria.
Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de satisfação interna com a tecnologia utilizada (Estados)	$\frac{\text{número de usuários internos satisfeitos com a tecnologia}}{\text{total de usuários internos que participaram da pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2017	55%	60%	Os sistemas utilizados (SICCAU/IGEO/PORTAL DA TRANSPARÊNCIA) apresentam problemas e nas informações constam divergencias.

ORIENTAÇÕES: Informar as metas previstas/alcançadas relacionadas aos indicadores apresentados, por objetivo estratégico, no Plano de Ação 2017.

5 - GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Conforme o Regimento Interno do CAU/AP a estrutura organizacional é composta pelos órgãos: Deliberativo (Plenário); Executivo (Presidência, Vice-presidência) e Assistência Direta e Indireta (Gerências, Assessorias, Consultorias e Diretoria); O Plenário do CAU/AP é constituído por Conselheiros Estaduais, em conformidade com a proporção determinada pelo art. 32, § 1º, da Lei nº 12.378, de 2010, eleitos diretamente pelos Arquitetos e Urbanistas regularmente inscritos no CAU/AP. Manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie Deliberação Plenária, normativa ou ordinatória. Consultivos de Apoio ao Plenário (Comissões Permanentes – Comissão de Ensino e Formação, Comissão de Ética e Exercício Profissional e Comissão Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração.)

As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, relacionadas à ética, à formação, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/AP, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais.

Colegiado com a participação das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 12.378, de 2010. Para a execução de suas ações, o CAU/AP é estruturado em unidades organizacionais responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, técnicos e jurídicos conforme organograma aprovado em ato administrativo próprio pelo Plenário do CAU/AP.

As unidades organizacionais do CAU/AP são: Gerência Geral; Secretaria Geral, com secretarias de apoio às comissões e aos órgãos colegiados; Fiscalização; Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil e Assessoria de Comunicação.

A Presidência é a instância executiva máxima do CAU/AP e tem por finalidade Decidir sobre os assuntos administrativos relacionados às competências do CAU/AP, zelando pelo cumprimento das disposições legais vigentes, assim como das decisões emanadas do Plenário. O Vice-Presidente, responderá pela Presidência na ausência temporária e impedimento do Presidente, ou no caso de vacância. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, responderão pelas respectivas funções, temporariamente e pela ordem, o Conselheiro Estadual Titular mais antigo. A Gerência, as Assessorias são setores de apoio que têm a finalidade de auxiliar a Presidência no desenvolvimento de atividades permanentes ou temporárias, fazendo cumprir as disposições legais e normativas vigentes, assim como as decisões do Plenário.

As Comissões Permanentes são órgãos de apoio técnico que têm a finalidade de auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades contínuas e relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro.

As Comissões Especiais são órgãos de apoio técnico que tem a finalidade de auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades temporárias relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro. Os Órgãos de Direção, Execução e Apoio do CAU/AP são responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do CAU.

Para facilitar e tornar mais eficiente os trabalhos de fiscalização do exercício profissional em municípios ou regiões do Estado do Amapá, o Conselho poderá criar representações e escritórios descentralizados. Cada Representação Regional e escritório descentralizado terá sua jurisdição fixada pelo CAU/AP.

5.1 GOVERNANÇA

O CAU/AP tem em sua estrutura e funcionamento definidos por meio de Regimento Interno, sendo organizado pelo Plenário, Presidência, Comissões Ordinárias, Comissões Especiais e Colegiado Permanente com a participação das entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas. O Plenário é constituído por Conselheiros Titulares em número definido no Art. 35 da Lei nº 12.378/2010, onde cada titular tem um suplente, sendo de sua competência apreciar e decidir sobre os assuntos de interesse do CAU/AP, tais como: Atos da Administração, Orçamentário e Financeiro. As comissões ordinárias tem por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência relacionado à ética, ao exercício profissional, à gestão administrativa e financeira e a organização do CAU/AP, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais, sendo constituída por no mínimo, três conselheiros estaduais, eleitos pelo plenário na primeira eleição do ano. No Âmbito do CAU/AP são constituídas 03 (três) Comissões Permanentes, sendo formada da seguinte maneira:

Comissões Permanentes:

- Comissão de Ética e Exercício Profissional - CEEP
- Comissão de Ensino e Formação - CEF
- Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA

As comissões especiais, por sua vez, tem por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, respeitando as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de sua instituição.

Sendo instituída, no âmbito do CAU/AP, a Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental – CPUA.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	EUMENIDES DE ALMEIDA MASCARENHAS
CPF:	429.591.952-72
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	CAU nº A30309-7
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	08/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	NIVALDO FERREIRA
CPF:	941.829.818-04
Cargo:	Conselheiro Titular
Registro Profissional:	CAU nº A72110-7
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	08/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Elizeu Corrêa dos Santos
CPF:	209.921.572-34
Cargo:	Conselheiro Titular
Registro Profissional:	CAU nº A99403-0
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	SHIRLEI CRISTINA RIBEIRO FERREIRA
CPF:	840.870.302-10
Cargo:	Conselheiro Titular
Registro Profissional:	CAU nº A64408-0
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	IZONETH DE NAZARÉ OLIVEIRA NUNES
CPF:	044.664.108-10
Cargo:	
Registro Profissional:	CAU nº A16432-1
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	Conselheira Suplente

Dirigente:	Francisco de Assis Pereira Ribeiro
CPF:	826.184.027-15
Cargo:	
Registro Profissional:	CAU nº A85134-5
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	Conselheiro Suplente

Dirigente:	Carlos José dos Santos Filho
CPF:	112.562.572-49
Cargo:	
Registro Profissional:	CAU nº A67993-3
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015
Data final do mandato: 31/12/2017
Informações adicionais Conselheiro Suplente

Dirigente: Magaly Brito Bazerra Xavier

CPF: 365.935.249-72

Cargo:

Registro Profissional: CAU nº A16458-5

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais Conselheira Suplente

5.3 AUDITORIA

Estratégia de atuação em relação à Unidade central e às Subunidades descentralizadas

No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, a instância de controle é exercida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), por meio da realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos estados (CAU/UF), com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstração da execução do plano anual de auditoria, avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas

Apesar de não existir uma unidade específica de Auditoria Interna, a Comissão Permanente de Orçamento e Contas (CPOC) ou a CPFOA cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), Relatório de Gestão anual, semestral e trimestral do CAU/UF.

5.4 APURAÇÕES

Descrição da execução das atividades de correção, principais eventos apurados e as providências adotadas

Este Conselho não possui unidade de correção, mas as atividades de correção são subsidiadas pela auditoria interna do CAU/Brasil.

Informações adicionais

5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá diante da necessidade de monitoramento das ações que podem representar risco para a estratégia da instituição, tem buscado utilizar alguns mecanismos de supervisão periódica para acompanhamento das atividades propostas.

5.6 REMUNERAÇÕES

Os dirigentes do CAU/AP, Presidente e Conselheiros, não possuem remuneração por se tratar de cargo honorífico, conforme art. 40 da Lei Nº 12.378/2010.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	O processo referente a contratação de Auditoria Independente se deu por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação - CEP: 01050-030 - São Paulo – SP.		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 - Fax: +55 (11) 3045 7363 - www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	23/02/2018	VALOR DO CONTRATO	R\$254.650,36
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de		

	2017, quanto à posição financeiras e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O contrato assinado com a licitante em 23/02/2018 teve vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses, podendo, a critério da Contratante, e sob condições vantajosas, ser prorrogado mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

INTRODUÇÃO SEÇÃO

A gestão de pessoas do CAU/AP é realizada pela Gerencia Geral, a qual busca organizar, propor e acompanhar suas ações, entre elas a capacitação e aprimoramento dos servidores diante das necessidades funcionais, buscando incentivar o colaborador para o melhor desempenho de suas funções.

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O CAU/AP tem sua gestão pautada no planejamento estratégico elaborado com o CAU/BR, com políticas, missão e valores estabelecidos e difundidos entre os colaboradores e conselheiros, com metas e indicadores acompanhados quadrimestralmente. Dentro das diretrizes orçamentárias, é destinado um percentual para capacitação e treinamentos dos servidores.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá tem buscado a excelência na prestação dos serviços inerentes a suas atribuições. Para tanto, se torna imprescindível a observância dos meios legais para gerir sua estrutura funcional, além de garantir uma adequada qualificação de seus servidores.

Análise Crítica

Por se tratar de um Conselho recém criado em todos os estados da federação, existem questões regionais que influenciam diretamente na autonomia financeira. Este cenário, reflete diretamente na estruturação do corpo funcional do CAU/AP, posto que o Conselho possui limitações financeiras por depender de repasses de valores do CAU Nacional para manter o funcionamento de suas atividades.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	5	0	0

1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	5	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	6	6	0	1

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	0

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

No Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, possui em sua estrutura funcional, colaboradores lotados em cargo comissionados, visto a necessidade de profissionais destinados as funções de direção e assessoramento.

Análise Crítica

Diante das limitações orçamentárias, o Conselho ainda não dispõe de um quadro de profissionais adequado as necessidades.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	1	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	1	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	2	1	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá possui o seguinte quantitativo de servidores:

Quadro Funcional		
Cargo	Qtd	Graduação

Gerente Geral		Secretariado Executivo
Assessor Jurídico		Direito
Agente de Fiscalização		Arquitetura e Urbanismo
Secretária Geral		Secretariado Executivo
Analista de Informática		Análise de Sistemas
Assistente Administrativo		Nível Médio

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

Dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, a força de trabalho destinada a área meio está ligada diretamente as funções administrativas essenciais para garantir o funcionamento do Conselho. Já a força de trabalho destinada a área fim, exerce a principal atribuição do Conselho que está diretamente ligado a fiscalização do exercício da profissão de arquiteto e urbanista.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Diante da necessidade da manutenção dos serviços administrativos e gerenciais do CAU/AP, ficou determinado a contratação dos cargos comissionados de Gerencia Geral e de Assessor Jurídico para vigorar como livre provimento.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Como o Conselho não dispõe de pessoal passivo de aposentadoria, não teremos impactos nessa área.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Devido a distribuição de pessoal dentro do Conselho ser bem limitada, qualquer afastamento causa impacto, pois exige que os demais se responsabilizem pelas tarefas específicas do servidor que encontra-se afastado.

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2017	244.466,76	0,00	49.275,71	0,00	26.758,00	43.324,73	0,00	0,00	0,00	363.825,20
2016	229.579,31	0,00	13.255,51	0,00	24.838,25	38.636,51	0,00	0,00	0,00	306.309,58
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2017	47.756,40	0,00	0,00	0,00	4.536,00	9.378,49	0,00	0,00	0,00	61.670,89
2016	83.838,96	0,00	0,00	0,00	9.396,00	14.165,98	0,00	0,00	0,00	107.400,94
Servidores cedidos com ônus										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

Como instrumento para gerir as ocorrências dos possíveis riscos nas atividades dentro do CAU/AP, buscando garantir o bom desenvolvimento na gestão de pessoas, o Conselho promove o acompanhamento periódico das atividades de seus servidores como forma de verificação e correções das ações estratégicas, acompanha a saúde laboral de seus colaboradores por meio de exames realizados anualmente, disponibiliza ao setor de fiscalização os Equipamentos de Proteção Individuais essenciais para o desenvolvimento das atividades fiscalizatórias, realizou a troca das cadeiras inadequadas para a acomodação correta dos servidores.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Em observância aos ditames legais que dizem respeito as autarquias como o CAU/AP, foram concursados no ano de 2013 servidores que entraram em exercício em 2014 e em 2015, os quais substituíram a mão de obra temporária que prestava serviço no período de implantação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo em todas as unidades federativas do Brasil.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, busca auxiliar os conselhos estaduais, disponibilizando sistemas voltados para o gerenciamento das informações e atividades dos CAU/UFs.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Descrição sucinta do Plano Estratégico/Diretor de TI (PDTI)

O CAU/AP, como os demais CAU/UFs, utilizam ferramentas de sistema disponibilizados pelo CAU/BR, os quais se propõem ao gerenciamento das informações e serviços destinados aos profissionais e a sociedade.

Atividades do Comitê Gestor de TI

O CAU/AP por ter uma quadro pequeno de servidores, não dispõe de um comitê de Gestão de TI, as demandas geradas, quando não possuem solucionadas no regional são passadas aos CAU/BR.

Processos de gerenciamento de serviços TI implementados

O CAU/AP utiliza o Gerenciador Avançado de Demandas - GAD, sistema do CAU/BR para registrar e controlar as demandas de sistemas.

Medidas tomadas para mitigar dependência tecnológica de empresas terceirizadas

Utilização de sistemas do Centro de Serviços Compartilhados do CAU/BR, tais como: SICCAU, IGEO, IMPLANTA e Wordpress.

SISTEMAS EM PRODUÇÃO

PROJETOS DE TI

Análise crítica sobre os Projetos de TI

O CAU/AP está em fase de estruturalização de seu banco de dados para gerenciamento em redes.

Avaliação de Riscos à continuidade do projeto

Os riscos dos sistemas utilizados pelo CAU/AP, são gerenciados pelo CAU/BR, por meio do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, mantido por todos os CAU/UF.

Informações adicionais

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 CANAIS DE ACESSO

Introdução

Durante o exercício 2016, o CAU/AP passou a funcionar em novas dependências visando a melhorar o acesso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, buscando, na medida do possível, atender ao que a Lei 10.098/2000 e as normas da ABNT estabelece para as questões relacionadas a acessibilidade.

Análise Crítica

Solicitações	Reclamações	Denúncias	Sugestões	Atendimentos/Encaminhamentos
1054	26	0	13	1358

Canais de Acesso

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Em 2017 implantamos uma pesquisa de satisfação no site do CAU/AP, entretanto não conseguimos alcançar o objetivo proposto que seria a opinião do público externo. Neste sentido, resolvemos retirar e verificar uma forma de melhoria desse mecanismo para que os resultados sejam realmente alcançados.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

Buscando garantir a transparência da gestão de recursos administrativos e financeiros, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá está em processo de atualização das informações que serão disponibilizados em nossa página institucional, visando a garantia da transparência das ações do Conselho.

Endereço do portal da transparência

<http://www.cauap.org.br/>

Informações disponíveis ao Cidadão

1. Planejamento.
2. Finanças.
3. Licitações.
4. Viagens.
5. Gestão de Pessoas.
6. Chamadas Públicas.
7. Concurso Público.
8. Concursos
9. Eleições do CAU/AP

Análise crítica

O desafio é colocar a disposição da sociedade, todas as informações necessárias para garantir a transparência das ações do CAU/AP.

7.4 ACESSIBILIDADE

Medidas Adotadas

O CAU/AP apoia todos os eventos de acessibilidade promovidos no Estado do Amapá, e prioriza em suas contratações para espaços que tenham sido obedecidas à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Informações Adicionais

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O desempenho financeiro e orçamentário do CAU/AP relativo ao ano de 2017 é apresentando nostópicos a seguir.

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

ANEXO - Quadro Comparativo Despesas - Comparativo das despesas pagas entre 2015, 2015 e 2017 - Vide anexo do tópico 8.1 no final da seção

ANEXO - Quadro Comparativo Recetias - Comparativo das receitas arrecadadas entre 2015, 2016 e 2017 - Vide anexo do tópico 8.1 no final da seção

O exercício 2017, apesar da crise econômica ainda persistir no país, houve crescimento de receitas para o CAU-AP, pois houve um aumento na arrecadação de 5% em relação ao exercício 2016, conforme quadro comparativo de receitas, sendo os principais aumentos em contribuições -11%, serviços - 21% e transferências - 10%.

Já as despesas cresceram numa proporção maior, 70% em relação a 2016, sendo o principal crescimento foi com as despesas de capital, pois houve aquisição do imóvel sede do Conselho e equipamentos, exigindo um aporte financeiro de alto valor.

8.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Sim**

Justificativa

As demonstrações que compõem a prestação de contas do CAU-AP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; do Decreto-Lei nº 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras Providências; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo Conselho de

Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura.

As Demonstrações Contábeis e Financeiras que compõem o conjunto orçamentário, bem como os documentos que dão suporte às operações, são homologadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, e auditadas por auditoria independente, obedecendo-se a legislação de contabilidade pública e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União -TCU.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

A contabilidade pública brasileira passa atualmente por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, levando a uma mudança de realidade nos procedimentos de contabilização que passam a ter um enfoque mais patrimonial e não meramente orçamentário.

Nesse contexto de adequação às práticas mais aderentes ao controle patrimonial, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, por meio da sua Resolução CFC Nº 1.136 de 21.11.2008, a NBC T 16.9 - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sobre Depreciação, Amortização e Exaustão estabelecendo critérios e procedimentos para o registro contábil nas entidades públicas.

Em virtude da necessidade de aplicação dos registros de depreciação e amortização ao controle de patrimônio das entidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU-AP) iniciou em 2014 a contabilização regular da depreciação e amortização de seus itens de patrimônio. No entanto, os critérios para definição de vida útil dos bens e consequentes taxas de depreciação e amortização lineares aplicadas carecem de normativo. Desta forma, este pronunciamento se faz necessário para esclarecer o entendimento técnico aplicado desde 2014.

O CAU-AP realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012 com a estruturação da sua primeira sede. Todos os bens adquiridos neste conselho federal foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF Nº 4, de 30 de janeiro de 1985 e IN SRF Nº 1700, de 14 de março de 2017, e na realidade aplicada ao CAU-AP.

Os bens de Móveis e Utensílios tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF Nº 1700. Como os móveis do CAU-AP representam, em sua grande maioria, mobiliários de escritório para as atividades cotidianas dos funcionários do conselho, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil por não haver fator de aceleração para depreciação.

Os bens de Máquinas e Equipamentos tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF Nº 1700. Como os condicionadores de ar representam, em sua grande maioria, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil por não haver fator de aceleração para depreciação.

Para os Utensílios de Copa e Cozinha seguiu-se a indicação da IN SRF N° 1700 em estipular o prazo de 10 anos para esses bens.

Aos Veículos do CAU-AP foi definida a vida útil de 5 anos, conforme a IN SRF N° 1700 sugere a os automóveis. Como o automóvel do CAU-AP é de uso nas fiscalizações, bem como rotinas administrativas, optou-se pela aplicação de 5 anos.

Os Equipamentos de Processamento de Dados configuram, em sua grande maioria, os microcomputadores e notebooks do CAU-AP. Adotou-se a sugestão de vida útil de 5 anos disposta na IN SRF N° 4, pois são bens com alta necessidade de renovação tecnológica.

Para Edificações seguiu-se a indicação da IN SRF N° 1700 em estipular o prazo de 25 anos para esses bens.

Mediante as justificativas apresentadas, a definição de vida útil dos bens de patrimônio do CAUAP fica sintetizada no quadro abaixo:

Conta Contábil	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Edificações	25 anos

Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação. Para todos os bens foi considerado o percentual de 10% para o valor residual.

A vida útil dos bens de patrimônio interfere diretamente nas taxas de depreciação e amortização lineares adotadas pelo SISPAT.NET ao realizar os procedimentos mensais do CAU-AP, registrados contabilmente no SISCONT.NET.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Quotas constantes. O valor da parcela que foi reconhecida no resultado como decréscimo patrimonial, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do respectivo ativo. O valor depreciado e amortizado foi apurado mensalmente, tendo sido reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Taxas utilizadas para os cálculos

Bens em geral	Taxas
Móveis e utensílios	10% aa
Máquinas e Equipamentos	10% aa
Utensílios de Copa e Cozinha	10% aa
Veículos	20% aa
Equipamentos de processamento de dados	20% aa
Edificações	4% aa

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU-BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Houve reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas do exercício, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa através do comparativo dos valores a receber dos anos de 2014 a 2016 na situação de 31/12/2016 versus 31/12/2017, obtendo os percentuais de redução dos valores a receber em um ano.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Conta Contábil	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos
Veículos	5 anos

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Edificações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o

resultado apurado no exercício

No exercício 2017, houve uma variação patrimonial diminutiva no valor de R\$ 40.685,61 referente depreciação dos bens móveis e imóveis existentes no Conselho até 31/12/2017.

Informações adicionais

O processo de prestação de contas está composto pelas seguintes peças contábeis:

Balanço Patrimonial;

Balanço Orçamentário;

Balanço Financeiro;

Demonstração das Variações Patrimoniais;

Demonstração de Fluxo de Caixa;

Notas Explicativas.

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

ANEXO - Execução Orçamento por Centro de Custo - Fonte: Siscont.net - Vide anexo do tópico 8.3 no final da seção

As despesas realizadas do CAU-AP foram centralizadas em 14 (dez) centro de custos, totalizando um orçamento de R\$ 1.878.000,00 e execução de R\$ 1.629.441,02, distribuídos e executados conforme execução do orçamento por centro de custos.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Notas explicativas 2017 CAU/AP - Notas explicativas das demonstrações contábeis exercício 2017. - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

**Quadro Comparativo Despesas -
Comparativo das despesas pagas entre
2015, 2015 e 2017 - Anexo do t3pico 8.1**

Quadro Comparativo Anual da Despesa Paga

ANO REFERÊNCIA **2017** **MÊS REFERÊNCIA** **Dezembro**

Nome	2015		2016				2017						
	Mês	Acum. até o Mês	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)			
CREDITO EMPENHADO – PAGO													
	75.032,30	667.435,25	119.797,40	44.765,10 (60%)	957.412,64	289.977,39 (43%)	129.690,03	9.892,63 (8%)	1.629.441,02	672.028,38 (70%)			
DESPESA CORRENTE													
	75.032,30	667.435,25	101.164,85	26.132,55 (35%)	938.780,09	271.344,84 (41%)	129.690,03	28.525,18 (28%)	1.001.443,02	62.662,93 (7%)			
PESSOAL													
	50.906,89	367.143,16	60.039,80	9.132,91 (18%)	512.791,18	145.648,02 (40%)	83.342,75	23.302,95 (39%)	555.753,07	42.961,89 (8%)			
PESSOAL E ENCARGOS													
	50.906,89	363.493,16	60.039,80	9.132,91 (18%)	478.556,93	115.063,77 (32%)	78.482,75	18.442,95 (31%)	524.459,07	45.902,14 (10%)			
REMUNERAÇÃO PESSOAL													
	30.316,28	249.221,91	34.166,67	3.850,39 (13%)	326.673,78	77.451,87 (31%)	55.781,95	21.615,28 (63%)	361.498,87	34.825,09 (11%)			
ENCARGOS SOCIAIS													
	14.274,54	76.765,94	19.666,79	5.392,25 (38%)	99.080,66	22.314,72 (29%)	15.796,30	-3.870,49 (-20%)	110.256,98	11.176,32 (11%)			
BENEFÍCIOS A PESSOAL													
	6.316,07	37.505,31	6.206,34	-109,73 (-2%)	52.802,49	15.297,18 (41%)	6.904,50	698,16 (11%)	52.703,22	-99,27 (0%)			
DIÁRIAS													
	0,00	3.650,00	0,00	0,00 (0%)	34.234,25	30.584,25 (838%)	4.860,00	4.860,00 (100%)	31.294,00	-2.940,25 (-9%)			
MATERIAL DE CONSUMO													
	0,00	5.932,55	2.758,07	2.758,07 (100%)	11.493,53	5.560,98 (94%)	0,00	-2.758,07 (-100%)	6.472,40	-5.021,13 (-44%)			
MATERIAL DE CONSUMO													
	0,00	5.932,55	2.758,07	2.758,07 (100%)	11.493,53	5.560,98 (94%)	0,00	-2.758,07 (-100%)	6.472,40	-5.021,13 (-44%)			

CAU - AP

Nome	2015		2016				2017				
	Mês	Acum. até o Mês	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA											
	7.760,00	93.940,00	2.110,00	-5.650,00 (-73%)	93.696,00	-244,00 (0%)	4.912,00	2.802,00 (133%)	152.361,92	58.665,92 (63%)	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS											
	350,00	21.150,00	1.300,00	950,00 (271%)	15.175,00	-5.975,00 (-28%)	1.672,00	372,00 (29%)	50.381,92	35.206,92 (232%)	
DIÁRIAS											
	7.410,00	72.790,00	810,00	-6.600,00 (-89%)	78.521,00	5.731,00 (8%)	3.240,00	2.430,00 (300%)	101.980,00	23.459,00 (30%)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA											
	13.713,40	155.379,66	30.965,54	17.252,14 (126%)	266.323,00	110.943,34 (71%)	19.725,88	-11.239,66 (-36%)	219.490,32	-46.832,68 (-18%)	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA											
	1.600,00	17.600,00	5.100,00	3.500,00 (219%)	39.080,00	21.480,00 (122%)	7.000,00	1.900,00 (37%)	56.300,00	17.220,00 (44%)	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO											
	44,00	44,00	8.618,05	8.574,05 (19486%)	17.162,57	17.118,57 (38906%)	2.000,00	-6.618,05 (-77%)	5.000,00	-12.162,57 (-71%)	
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS											
	0,00	0,00	0,00	0,00 (0%)	7.990,00	7.990,00 (100%)	0,00	0,00 (0%)	0,00	-7.990,00 (-100%)	
SERVIÇOS PRESTADOS											
	7.809,04	83.369,56	15.776,87	7.967,83 (102%)	153.262,51	69.892,95 (84%)	4.775,92	-11.000,95 (-70%)	78.319,73	-74.942,78 (-49%)	
PASSAGENS											
	4.260,36	54.366,10	1.470,62	-2.789,74 (-65%)	48.827,92	-5.538,18 (-10%)	5.949,96	4.479,34 (305%)	79.870,59	31.042,67 (64%)	
ENCARGOS DIVERSOS											
	615,40	20.592,20	2.951,80	2.336,40 (380%)	17.269,07	-3.323,13 (-16%)	16.552,68	13.600,88 (461%)	28.964,11	11.695,04 (68%)	
ENCARGOS DIVERSOS											
	615,40	20.592,20	2.951,80	2.336,40 (380%)	17.269,07	-3.323,13 (-16%)	16.552,68	13.600,88 (461%)	28.964,11	11.695,04 (68%)	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES											
	0,00	0,00	86,40	86,40 (100%)	5.169,31	5.169,31 (100%)	2.189,24	2.102,84 (2434%)	2.793,20	-2.376,11 (-46%)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES											
	2.036,61	24.447,68	2.253,24	216,63 (11%)	32.038,00	7.590,32 (31%)	2.967,48	714,24 (32%)	35.608,00	3.570,00 (11%)	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF											
	795,91	9.554,19	741,25	-54,66 (-7%)	8.895,00	-659,19 (-7%)	875,62	134,37 (18%)	10.507,00	1.612,00 (18%)	

CAU - AP

Nome	2015		2016				2017			
	Mês	Acum. até o Mês	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO										
	1.240,70	14.893,49	1.511,99	271,29 (22%)	23.143,00	8.249,51 (55%)	2.091,86	579,87 (38%)	25.101,00	1.958,00 (8%)
DESPESA DE CAPITAL										
	0,00	0,00	18.632,55	18.632,55 (100%)	18.632,55	18.632,55 (100%)	0,00	-18.632,55 (-100%)	627.998,00	609.365,45 (3270%)
INVESTIMENTOS										
	0,00	0,00	18.632,55	18.632,55 (100%)	18.632,55	18.632,55 (100%)	0,00	-18.632,55 (-100%)	7.998,00	-10.634,55 (-57%)
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES										
	0,00	0,00	18.632,55	18.632,55 (100%)	18.632,55	18.632,55 (100%)	0,00	-18.632,55 (-100%)	7.998,00	-10.634,55 (-57%)
INVERSÕES FINANCEIRAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)	620.000,00	620.000,00 (100%)
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS										
	0,00	0,00	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)	620.000,00	620.000,00 (100%)
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Quadro Comparativo Recetias -
Comparativo das receitas arrecadadas
entre 2015, 2016 e 2017 - Anexo do t3pico
8.1**

Quadro Comparativo Anual da Receita

ANO REFERÊNCIA		2017		MÊS REFERÊNCIA		Dezembro							
Nome	2015		2016				2017						
	Mês	Acum. até o Mês	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)			
RECEITA REALIZADA													
	134.150,09	810.212,24	91.691,26	-42.458,83 (-32%)	1.082.321,69	272.109,45 (34%)	86.377,14	-5.314,12 (-6%)	1.141.577,58	59.255,89 (5%)			
RECEITA CORRENTE													
	134.150,09	810.212,24	91.691,26	-42.458,83 (-32%)	1.082.321,69	272.109,45 (34%)	86.377,14	-5.314,12 (-6%)	1.141.577,58	59.255,89 (5%)			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES													
	2.932,03	111.617,12	6.187,12	3.255,09 (111%)	130.422,47	18.805,35 (17%)	4.445,92	-1.741,20 (-28%)	145.254,63	14.832,16 (11%)			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES													
	2.932,03	111.617,12	6.187,12	3.255,09 (111%)	130.422,47	18.805,35 (17%)	4.445,92	-1.741,20 (-28%)	145.254,63	14.832,16 (11%)			
ANUIDADES													
	2.932,03	111.617,12	6.187,12	3.255,09 (111%)	130.422,47	18.805,35 (17%)	4.445,92	-1.741,20 (-28%)	145.254,63	14.832,16 (11%)			
RECEITA DE SERVIÇOS													
	10.306,11	143.188,76	15.723,37	5.417,26 (53%)	162.242,57	19.053,81 (13%)	16.099,22	375,85 (2%)	195.883,87	33.641,30 (21%)			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES													
	0,00	1.265,47	267,48	267,48 (100%)	668,70	-596,77 (-47%)	71,80	-195,68 (-73%)	684,71	16,01 (2%)			
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT													
	10.185,59	141.802,77	15.455,89	5.270,30 (52%)	161.453,35	19.650,58 (14%)	16.027,42	571,53 (4%)	194.911,96	33.458,61 (21%)			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS													
	120,52	120,52	0,00	-120,52 (-100%)	120,52	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)	287,20	166,68 (138%)			
FINANCEIRAS													
	8.070,69	61.656,44	9.818,19	1.747,50 (22%)	96.935,01	35.278,57 (57%)	2.561,50	-7.256,69 (-74%)	45.948,29	-50.986,72 (-53%)			

CAU - AP

Nome	2015		2016				2017			
	Mês	Acum. até o Mês	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)	Mês	Variação(%)	Acum. até o Mês	Variação(%)
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	820,93	3.517,68	773,34	-47,59 (-6%)	3.899,51	381,83 (11%)	302,53	-470,81 (-61%)	4.079,04	179,53 (5%)
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	241,03	8.389,21	0,00	-241,03 (-100%)	0,00	-8.389,21 (-100%)	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	7.008,73	49.749,55	9.044,85	2.036,12 (29%)	93.035,50	43.285,95 (87%)	2.258,97	-6.785,88 (-75%)	41.869,25	-51.166,25 (-55%)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	1.669,40	0,00	0,00 (0%)	0,00	-1.669,40 (-100%)	0,00	0,00 (0%)	0,00	0,00 (0%)
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	210,76	1.032,25	1.032,25 (100%)	5.766,14	5.555,38 (2636%)	803,85	-228,40 (-22%)	6.788,87	1.022,73 (18%)
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.008,73	47.869,39	8.012,60	1.003,87 (14%)	87.269,36	39.399,97 (82%)	1.455,12	-6.557,48 (-82%)	35.080,38	-52.188,98 (-60%)
TRANSFERENCIAS CORRENTES	108.734,00	488.626,02	59.904,08	-48.829,92 (-45%)	677.931,72	189.305,70 (39%)	63.270,50	3.366,42 (6%)	748.927,15	70.995,43 (10%)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.107,26	5.123,90	58,50	-4.048,76 (-99%)	14.789,92	9.666,02 (189%)	0,00	-58,50 (-100%)	5.563,64	-9.226,28 (-62%)
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	58,50	58,50 (100%)	258,81	258,81 (100%)	0,00	-58,50 (-100%)	3.971,96	3.713,15 (1435%)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	1.016,64	0,00	0,00 (0%)	14.531,11	13.514,47 (1329%)	0,00	0,00 (0%)	1.322,43	-13.208,68 (-91%)
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	4.107,26	4.107,26	0,00	-4.107,26 (-100%)	0,00	-4.107,26 (-100%)	0,00	0,00 (0%)	269,25	269,25 (100%)
Receitas Não Identificadas	4.107,26	4.107,26	0,00	-4.107,26 (-100%)	0,00	-4.107,26 (-100%)	0,00	0,00 (0%)	269,25	269,25 (100%)
Total	134.150,09	810.212,24	91.691,26	272.109,45	1.082.321,69	272.109,45	86.377,14	59.255,89	1.141.577,58	59.255,89

Execução Orçamento por Centro de Custo

- Fonte: Siscont.net - Anexo do tópico 8.3

Execução do Orçamento por Centro de Custos

Centro de Custo	Orçamento	%	Realizado	%	Saldo	%
COMISSÕES PERMANENTES	83.250,00	4,43	70.774,94	85,01	12.475,06	14,99
COMISSÃO DE ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEEP	38.250,00	2,04	30.472,13	79,67	7.777,87	20,33
Atividade - Comissão de Ética e Exercício Profissional - CEEP	38.250,00	2,04	30.472,13	79,67	7.777,87	20,33
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - CPFOA	22.500,00	1,20	22.500,00	100,00	0,00	0,00
Atividade - Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA	22.500,00	1,20	22.500,00	100,00	0,00	0,00
COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO - CEF	22.500,00	1,20	17.802,81	79,12	4.697,19	20,88
Atividade - Comissão de Ensino e Formação - CEF	22.500,00	1,20	17.802,81	79,12	4.697,19	20,88
COMISSÕES ESPECIAIS	31.750,00	1,69	23.968,54	75,49	7.781,46	24,51
COMISSÃO DE POLÍTICAS URBANAS E AMBIENTAL - CPUA	31.750,00	1,69	23.968,54	75,49	7.781,46	24,51
Atividade - Comissão de Políticas Urbana e Ambiental - CPUA	31.750,00	1,69	23.968,54	75,49	7.781,46	24,51
UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS	1.763.000,00	93,88	1.534.697,54	87,05	228.302,46	12,95
PRESIDÊNCIA	692.500,00	36,87	692.500,00	100,00	0,00	0,00
Projeto - Estruturação da sede própria do CAU/AP	620.000,00	33,01	620.000,00	100,00	0,00	0,00
Atividade - Presidência e Plenárias	50.500,00	2,69	50.500,00	100,00	0,00	0,00
Projeto - Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social – ATHIS	22.000,00	1,17	22.000,00	100,00	0,00	0,00
GERÊNCIA GERAL	1.070.500,00	57,00	842.197,54	78,67	228.302,46	21,33
Atividade - Manutenção das Atividades Administrativas	502.100,00	26,74	400.489,15	79,76	101.610,85	20,24
Atividade - Atendimento e relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade	129.532,00	6,90	129.431,89	99,92	100,11	0,08
Atividade - Fiscalização	340.320,00	18,12	237.868,50	69,90	102.451,50	30,10
Atividade - Comunicação	40.940,00	2,18	27.800,00	67,90	13.140,00	32,10
Atividade - Aporte ao Cento de Serviços Compartilhados - CSC	25.101,00	1,34	25.101,00	100,00	0,00	0,00
Atividade - Fundo de apoio	10.507,00	0,56	10.507,00	100,00	0,00	0,00
Atividade - Reserva de Contingência	11.000,00	0,59	0,00	0,00	11.000,00	100,00

Centro de Custo	Orçamento	%	Realizado	%	Saldo	%
Projeto - Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto - Colaborador Valorizado	11.000,00	0,59	11.000,00	100,00	0,00	0,00
TOTAL	1.878.000,00	100,00	1.629.441,02	86,76	248.558,98	13,24

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do t3pico 8.4

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.141.577,58	1.082.321,69	Despesa Orçamentária	1.657.127,25	974.115,97
RECEITA REALIZADA	1.141.577,58	1.082.321,69	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.875,23	16.203,33
RECEITA CORRENTE	1.141.577,58	1.082.321,69	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	10.811,00	500,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	145.254,63	130.422,47	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.629.441,02	957.412,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	145.254,63	130.422,47	DESPESA CORRENTE	1.001.443,02	938.780,09
ANUIDADES	145.254,63	130.422,47	PESSOAL	555.753,07	512.791,18
RECEITA DE SERVIÇOS	195.883,87	162.242,57	MATERIAL DE CONSUMO	6.472,40	11.493,53
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	684,71	668,70	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	152.361,92	93.696,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	194.911,96	161.453,35	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	219.490,32	266.323,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	287,20	120,52	ENCARGOS DIVERSOS	28.964,11	17.269,07
FINANCEIRAS	45.948,29	96.935,01	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.793,20	5.169,31
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.079,04	3.899,51	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.608,00	32.038,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	41.869,25	93.035,50	DESPESA DE CAPITAL	627.998,00	18.632,55
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.788,87	5.766,14	INVESTIMENTOS	7.998,00	18.632,55
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	35.080,38	87.269,36	INVERSÕES FINANCEIRAS	620.000,00	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	748.927,15	677.931,72			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.563,64	14.789,92			
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.971,96	258,81			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.322,43	14.531,11			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	269,25				
Receitas Não Identificadas	269,25				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	874.718,52	704.998,77	Pagamentos Extraorçamentários	864.498,85	710.243,48
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	16.875,23	16.203,33	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.203,33	13.794,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.811,00	500,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	500,00	5.167,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	353.472,69	352.764,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	71.185,09	50.175,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	493.559,60	335.530,94	Outros Pagamentos Extraorçamentários	776.610,43	641.107,48
Saldo em espécie do Exercício Anterior	812.347,27	709.386,26	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	307.017,27	812.347,27
Caixa e Equivalente de Caixa	812.347,27	709.386,26	Caixa e Equivalente de Caixa	307.017,27	812.347,27
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	2.828.643,37	2.496.706,72		2.828.643,37	2.496.706,72

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2017

Eumenides de Almeida Mascarenhas
 Presidente
 CAU nº A206504
 429.591.952-72

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC/TO 4769/O-2
 016.953.223-20

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.115.129,00	1.121.480,00	1.141.577,58	20.097,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	179.603,00	176.245,00	145.254,63	-30.990,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	179.603,00	176.245,00	145.254,63	-30.990,37
ANUIDADES	179.603,00	176.245,00	145.254,63	-30.990,37
RECEITA DE SERVIÇOS	117.606,00	136.625,00	195.883,87	59.258,87
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	600,00	1.500,00	684,71	-815,29
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	116.886,00	134.625,00	194.911,96	60.286,96
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	120,00	500,00	287,20	-212,80
FINANCEIRAS	58.095,00	49.070,00	49.848,85	778,85
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	2.800,00	7.200,00	4.079,04	-3.120,96
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	55.295,00	41.870,00	45.769,81	3.899,81
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	150,00	200,00	3.900,56	3.700,56
MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.145,00	5.649,00	6.788,87	1.139,87
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.000,00	36.021,00	35.080,38	-940,62
TRANSFERENCIAS CORRENTES	759.246,00	759.246,00	748.927,15	-10.318,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	579,00	294,00	1.663,08	1.369,08
MULTAS DE INFRAÇÕES	80,00	200,00	71,40	-128,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	499,00	94,00	1.322,43	1.228,43
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	269,25	269,25

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
Receitas Não Identificadas			0,00	0,00	269,25	269,25		
RECEITA DE CAPITAL			654.871,00	756.520,00	0,00	-756.520,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			654.871,00	756.520,00	0,00	-756.520,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			654.871,00	756.520,00	0,00	-756.520,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.770.000,00	1.878.000,00	1.141.577,58	-736.422,42		
DÉFICIT			0,00	0,00	515.549,67	515.549,67		
TOTAL			1.770.000,00	1.878.000,00	1.657.127,25	-220.872,75		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.109.129,00	1.110.480,00	1.029.129,25	1.012.254,02	1.001.443,02	81.350,75
PESSOAL			563.531,92	564.903,83	555.753,07	555.753,07	555.753,07	9.150,76
PESSOAL E ENCARGOS			531.532,32	527.842,33	524.459,07	524.459,07	524.459,07	3.383,26
DIÁRIAS			31.999,60	37.061,50	31.294,00	31.294,00	31.294,00	5.767,50
MATERIAL DE CONSUMO			15.500,00	21.495,00	17.283,40	17.283,40	6.472,40	4.211,60
MATERIAL DE CONSUMO			15.500,00	21.495,00	17.283,40	17.283,40	6.472,40	4.211,60
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			104.400,00	161.348,82	152.361,92	152.361,92	152.361,92	8.986,90
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			24.400,00	53.562,80	50.381,92	50.381,92	50.381,92	3.180,88
DIÁRIAS			80.000,00	107.786,02	101.980,00	101.980,00	101.980,00	5.806,02
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			338.089,08	283.583,54	226.302,91	219.490,32	219.490,32	57.280,63
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			66.196,00	59.045,00	56.300,00	56.300,00	56.300,00	2.745,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			7.190,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS			196.703,08	136.236,58	85.132,32	78.319,73	78.319,73	51.104,26
PASSAGENS			68.000,00	83.301,96	79.870,59	79.870,59	79.870,59	3.431,37
ENCARGOS DIVERSOS			17.000,00	40.747,61	39.026,75	28.964,11	28.964,11	1.720,86
ENCARGOS DIVERSOS			17.000,00	40.747,61	39.026,75	28.964,11	28.964,11	1.720,86

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.793,20	2.793,20	2.793,20	2.793,20	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.608,00	35.608,00	35.608,00	35.608,00	35.608,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	10.507,00	10.507,00	10.507,00	10.507,00	10.507,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	60.101,00	25.101,00	25.101,00	25.101,00	25.101,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	654.871,00	756.520,00	627.998,00	627.998,00	627.998,00	128.522,00
INVESTIMENTOS	31.000,00	136.520,00	7.998,00	7.998,00	7.998,00	128.522,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	31.000,00	136.520,00	7.998,00	7.998,00	7.998,00	128.522,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	623.871,00	620.000,00	620.000,00	620.000,00	620.000,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	623.871,00	620.000,00	620.000,00	620.000,00	620.000,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	6.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.770.000,00	1.878.000,00	1.657.127,25	1.640.252,02	1.629.441,02	220.872,75
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.770.000,00	1.878.000,00	1.657.127,25	1.640.252,02	1.629.441,02	220.872,75

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2017

Eumenides de Almeida Mascarenhas
 Presidente
 CAU nº A206504
 429.591.952-72

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC/TO 4769/O-2
 016.953.223-20

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	12.403,33	12.403,33	12.403,33	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	12.403,33	12.403,33	12.403,33	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	16.203,33	16.203,33	16.203,33	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	336.895,10	PASSIVO CIRCULANTE	61.701,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	307.017,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	24.048,17	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.750,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.811,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.079,39	PROVISÕES A CURTO PRAZO	50.890,93
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	688.832,33	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	688.832,33	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	176.920,02	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	620.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	108.087,69	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		TOTAL DO PASSIVO	61.701,93

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	964.025,50
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	964.025,50
TOTAL	1.025.727,43	TOTAL	1.025.727,43
ATIVO FINANCEIRO	307.017,27	PASSIVO FINANCEIRO	78.577,16
ATIVO PERMANENTE	718.710,16	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			947.150,27

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	228.440,11	756.520,55

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2017

Eumenides de Almeida Mascarenhas
 Presidente CAU AP
 CAU nº A30309-7
 429.591.952-72

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.256.330,18	1.249.591,74	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.186.891,55	972.903,51
CONTRIBUIÇÕES	260.007,23	297.692,52	PESSOAL E ENCARGOS	536.226,61	484.895,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	260.007,23	297.692,52	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	483.523,39	432.092,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	260.007,23	297.692,52	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	483.523,39	432.092,67
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	195.883,87	162.242,57	BENEFÍCIOS A PESSOAL	52.703,22	52.802,49
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	195.883,87	162.242,57	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	52.703,22	52.802,49
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	195.883,87	162.242,57	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	495.317,63	455.970,35
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	49.848,85	97.115,82	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	17.283,40	11.993,53
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.979,60	4.080,32	CONSUMO DE MATERIAL	17.283,40	11.993,53
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	7.979,60	4.080,32	SERVIÇOS	437.348,62	422.627,17
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	41.869,25	93.035,50	DIARIAS	133.274,00	112.755,25
MULTAS SOBRE ANUIDADES	41.869,25	93.035,50	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	130.252,51	64.002,92
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	748.927,15	677.931,72	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	173.822,11	245.869,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	748.927,15	677.931,72	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	40.685,61	21.349,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	748.927,15	677.931,72	DEPRECIACAO	40.685,61	21.349,65
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.663,08	14.609,11	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	35.608,00	32.038,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	269,25	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35.608,00	27.038,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	269,25	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35.608,00	27.038,00
DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.393,83	14.609,11	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.000,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	71,40	78,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	5.000,00
INDENIZAÇÕES	1.322,43	14.531,11	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	119.739,31	0,00
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	119.739,31	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	119.739,31	0,00
Total das Variações Ativas :	1.256.330,18	1.249.591,74	Total das Variações Passivas :	1.186.891,55	972.903,51
RESULTADO PATRIMONIAL					

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	69.438,63	276.688,23
Total	1.256.330,18	1.249.591,74	Total	1.256.330,18	1.249.591,74

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2017

Eumenides de Almeida Mascarenhas
 Presidente
 CAU nº A206504
 429.591.952-72

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC/TO 4769/O-2
 016.953.223-20

**Variações Patrimoniais Qualitativas
 (decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	640.401,33	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.141.577,58	1.082.321,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.254,63	130.422,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	145.254,63	130.422,47
ANUIDADES	145.254,63	130.422,47
RECEITA DE SERVIÇOS	195.883,87	162.242,57
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	684,71	668,70
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	194.911,96	161.453,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	287,20	120,52
FINANCEIRAS	45.948,29	96.935,01
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.079,04	3.899,51
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	41.869,25	93.035,50
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.788,87	5.766,14
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	35.080,38	87.269,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	748.927,15	677.931,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.563,64	14.789,92
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.971,96	258,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.322,43	14.531,11
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	269,25	0,00
Receitas Não Identificadas	269,25	0,00
OUTROS INGRESSOS	847.032,29	688.295,44
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.629.441,02	957.412,64
DESPESA CORRENTE	1.001.443,02	938.780,09
PESSOAL	555.753,07	512.791,18
MATERIAL DE CONSUMO	6.472,40	11.493,53
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	152.361,92	93.696,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	219.490,32	266.323,00
ENCARGOS DIVERSOS	28.964,11	17.269,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.793,20	5.169,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.608,00	32.038,00
OUTROS DESEMBOLSOS	864.498,85	710.243,48
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	122.668,00	121.593,56
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	7.998,00	18.632,55
INVERSÕES FINANCEIRAS	620.000,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-627.998,00	-18.632,55
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-505.330,00	102.961,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	812.347,27	709.386,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	307.017,27	812.347,27

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2017

Eumenides de Almeida Mascarenhas

Presidente

CAU nº A206504

429.591.952-72

Welideive dos Santos Oliveira

Assessor Contábil

CRC/TO 4769/O-2

016.953.223-20

**Notas explicativas 2017 CAU/AP - Notas
explicativas das demonstrações contábeis
exercício 2017. - Anexo do tópico 8.4**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Amapá – CAU/AP**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Avenida Caramuru, 356, Cep 68902-100, Beírol, Macapá-AP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 19 de janeiro de 2018, por meio da Deliberação da 1ª Reunião Plenária Extraordinária 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

- b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo:

	2017	2016
Créditos de Anuidades	R\$ 281.924,47	R\$ 151.018,91
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 257.876,30)	(R\$ 138.136,99)

Do montante de R\$ 257.876,30 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 119.739,31, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 138.136,99 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

O CAU/AP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AP, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor Residual</u>
Edificações	25	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Veículos	5	10%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	307.017,27	812.347,27
	<u>307.017,27</u>	<u>812.347,27</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidades

	2017	2016
Contas a receber de anuidades	281.924,47	167.270,05
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(257.876,30)	-
	<u>24.048,17</u>	<u>167.270,05</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017	2016
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	281.924,47	167.270,05
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(257.876,30)	-
	<u>24.048,17</u>	<u>167.270,05</u>

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa através do comparativo dos valores a receber dos anos de 2014 a 2016 na situação de 31/12/2016 versus 31/12/2017, obtendo percentual médio de anuidades pessoas físicas e jurídicas reduzidas em 8,53%. Com isso,



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

registrou-se o percentual médio de 91,47% de inadimplência.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

	Consolidado	
	2017	2016
Adiantamento concedido a pessoal	3.750,27	2.987,04
Tributos a recuperar	-	-
	<u>3.750,27</u>	<u>2.987,04</u>

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2017	2016
Prêmios de seguros	418,85	-
Imprensa Nacional	1.660,54	724,46
	<u>2.079,39</u>	<u>724,46</u>

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Móveis e utensílios	24.574,70	(8.156,00)	16.418,70	18.631,74
Máquinas e Equipamentos	17.976,17	(4.323,10)	13.653,07	15.271,03
Utensílios de Copa e Cozinha	5.918,83	(1.784,77)	4.134,06	4.666,74
Veículos	74.490,00	(54.750,15)	19.739,85	33.148,05
Equipamentos de Processamento de Dados	53.960,32	(22.333,67)	31.626,65	17.399,05
Edificações	620.000,00	(16.740,00)	603.260,00	-
Total	<u>796.920,02</u>	<u>(108.087,69)</u>	<u>688.832,33</u>	<u>89.116,61</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Ativo Circulante	336.895,10	983.328,82
Ativo Não circulante	688.832,33	89.116,61
Ativo Total	1.025.727,43	1.072.445,43

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Móveis e utensílios	18.631,74	-	-	(2.213,04)	16.418,70
Máquinas e Equipamentos	15.271,03	-	-	(1.617,96)	13.653,07
Cozinha	4.666,74	-	-	(532,68)	4.134,06
Veículos	33.148,05	-	-	(13.408,20)	19.739,85
Equipamentos de Processamento e Dados	17.399,05	20.401,33	-	(6.173,73)	31.626,65
Edificações	-	620.000,00	-	(16.740,00)	603.260,00
Total	89.116,61	640.401,33	-	(40.685,61)	688.832,33

10. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestação de serviço	-	-
Fornecedor de materiais	10.811,00	500,00
Outros fornecedores	-	-
	10.811,00	500,00



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer		
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	10.811,00	500,00
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>10.811,00</u>	<u>500,00</u>

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	50.890,93	39.123,39
	<u>50.890,93</u>	<u>39.123,39</u>
	2017	2016
Passivo circulante	61.701,93	39.623,39
Passivo não circulante	-	-
Passivo total	<u>61.701,93</u>	<u>39.623,39</u>

12. Provisão para riscos processuais

Conforme memorando da Procuradoria Jurídica, não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-UF, sendo concedido o valor de R\$ 94.690,00 (noventa e quatro mil, seiscentos e noventa reais) em 2017.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Pessoal e Encargos Sociais	471.755,85	425.754,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	557.373,40	517.325,65
Investimentos	7.998,00	31.035,88
Inversões Financeiras	620.000,00	-
Amorização da Dívida	-	-
Reserva de Contingencia	-	-
	1.657.127,25	974.115,97



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.256.330,18	1.249.591,74
(-) Variação Patrimonial Aumentativa (Despesa)	(1.186.891,55)	(972.903,51)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	69.438,63	276.688,23
Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.141.577,58	941.070,35
(-) Despesas Empenhadas	(1.657.127,25)	(974.115,97)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	515.549,67	108.205,72
Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	307.017,27	812.347,27
(-) Passivo Financeiro	(78.577,16)	(55.826,72)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	228.440,11	756.520,55

15.1 Do Déficit Orçamentário

Em 2017, foi prevista a realização de despesas com investimento no valor de R\$ 756.520,00 com a fonte de recurso o superávit apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Conforme diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU exercício 2017, item 2.5, a alocação dos recursos do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Receitas de Capital) fica condicionada à utilização em Despesas de Capital (ex. Bens móveis e imóveis).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, do valor previsto de despesa de capital com fonte de recurso do superávit financeiro, executou R\$ 627.998,00 com a imóvel para instalação da sede aquisição de equipamentos de informática. Por isso, ocasionou o déficit no resultado orçamentário.

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo	40.660
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	460.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>500.660</u>

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Macapá/AP, 02 de março de 2017.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil CAU-AP
CRC-TO 004769/O-2

Eumenides de Almeida Mascarenhas
Presidente do CAU-AP

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Durante o exercício não houve recomendações do Tribunal de Contas da União.

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

O CAU/AP não dispõe de uma estrutura definida para este fim, mas por meio de seus colaboradores e demais dirigentes, procura manter o monitoramento constantes das atividades desenvolvidas, a fim de garantir uma gestão em conformidade a legislação em vigor.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Não se aplica à entidade

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não se aplica à entidade

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não se aplica à entidade

11 - ANEXOS E APÊNDICES

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Anexos do relatórios de gestão do CAU/AP 2017.

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - Declaração da Unidade de Pessoal - CAUAP.pdf - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

CONCLUSÃO

O CAU/AP ainda encontrou dificuldades para a realização de algumas ações previstas no ano de 2017, em função do pequeno quadro de pessoal, por ser classificado como CAU/Básico e depender de recursos diretos do CAU/BR para manter suas atividades.

Declaração da Unidade de Pessoal - CAUAP.pdf - Anexo do tópico 11.1



CAU/AP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Amapá

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Com a finalidade de atender à exigência da Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015, declaramos que os responsáveis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá – CAU/AP estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93.

Macapá/AP, 31 de dezembro de 2017.

EUMENIDES DE ALMEIDA MASCARENHAS
Presidente do CAU/AP

Assinatura(s)